

Relatório da Administração - Dezembro de 2013

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o parecer dos Auditores Independentes, referente às atividades da AIG Seguros Brasil S.A. relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A AIG é líder mundial em seguros gerais, patrimoniais e de responsabilidade civil (*property and casualty*), atendendo mais de 80 milhões de clientes pelo mundo. Com um dos mais extensos portfólios de produtos e serviços do mercado, a AIG apresenta excelente solidez financeira e amplo conhecimento no gerenciamento de sinistros, permitindo aos seus clientes de seguros comerciais e de pessoas, exercer controle sobre praticamente qualquer risco com segurança. A AIG Seguros Brasil, subsidiária da AIG International INC., está ampliando suas instalações no Brasil, com objetivo de disponibilizar nossos produtos e serviços aos clientes, de uma forma inovadora e mantendo nossa qualidade e compromisso. O Grupo também opera em resseguro através da American Home Assurance Company (resseguradora admitida), e da AIG Resseguros (resseguradora local), com objetivo de oferecer capacidade ao mercado de seguros brasileiro, dentro dos padrões e políticas do grupo AIG, além de explorar sinergias com o mercado segurador e outros parceiros; e de agregar valor aos nossos clientes. A AIG está desenvolvendo sua plataforma de negócios para atender às diversas demandas do mercado de seguros e resseguros, voltados principalmente ao segmento de grandes riscos e seguros financeiros. Adicionalmente, atuaremos

no varejo através do desenvolvimento de novos canais de distribuição, de forma inovadora, e oferecendo nosso portfólio de produtos e serviços. A Seguradora está investindo em um sistema operacional que irá suportar suas operações e negócios, de uma forma mais ágil e flexível junto aos seus clientes e corretores. Dentro de sua estratégia de expansão geográfica e dos negócios no Brasil, a AIG possui filiais em São Paulo, Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Para 2014 faz parte de nossa estratégia a abertura de novas filiais, reforçando o compromisso com os investimentos e instalações no Brasil. Neste exercício a AIG Seguros recebeu de sua matriz quatro aumentos de capital no total de R\$ 123 milhões, para suportar os investimentos nas operações de seguros. **Performance econômico-financeira** Os prêmios emitidos pela Seguradora atingiram um volume de R\$ 333 milhões, enquanto sua *performance* financeira alcançou R\$ 7,9 milhões. No exercício de 2013, a Seguradora apresentou um Prejuízo de R\$ 110,5 milhões, enquanto seu prejuízo operacional foi de R\$ 101 milhões. Esse prejuízo foi gerado pelo alto investimento em tecnologia e na criação de novos processos e produtos para servir nossos corretores e clientes. Em junho de 2012 a administração da seguradora revisou os saldos contábeis referentes a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios

contábeis e fiscais de apuração de resultados, de acordo com as exigências da Circular SUSEP 430 de 2012, com base neste estudo foram constituídas provisões no montante de R\$ 31,5 milhões.

Distribuição de lucros

A Seguradora tem como prática a distribuição de dividendos ao final do ano, garantindo até 25% estabelecido no seu acordo de acionistas, após a constituição de 5% da reserva legal.

Perspectivas

A Seguradora continuará expandindo suas operações, aumentando seu volume de prêmios e mantendo sua forte atuação nas políticas de precificação e aceitação de risco, visando à contínua melhoria do seu resultado operacional. Esta é a estratégia adotada pela Seguradora, que a deixa preparada para atuar em um mercado competitivo.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Acionistas, parceiros de negócios, corretores e clientes pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Seguradora e relançamento da AIG no mercado brasileiro.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014.

A Diretoria

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro

	2013		2012	
	Em milhares de reais		Em milhares de reais	
Ativo	2013	2012	2013	2012
Circulante	693.128	617.763	571.633	504.402
Disponível	8.500	4.679	29.869	26.054
Caixa e bancos (Nota 5)	8.500	4.679	10.741	13.826
Aplicações financeiras (Nota 6)	247.657	214.781		
Créditos das operações com seguros e resseguros	178.093	153.927		
Prêmios a receber (Nota 7)	124.228	117.668	7.660	5.551
Operações com seguradoras	13.037	5.570	6.113	4.327
Operações com resseguradoras (Nota 8)	37.083	21.766	1.429	644
Outros créditos operacionais	3.745	8.923	3.926	1.706
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	205.270	217.616	110.872	92.549
Títulos e créditos a receber	4.272	4.200		
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	79	211	10	225
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	82	35	6.234	2.727
Outros créditos (Nota 12)	4.111	3.954	77.154	71.943
Outros valores e bens	2	-	19.217	13.759
Outros créditos	2	-	8.257	3.895
Despesas antecipadas (Nota 13)	10.827	6	12.640	7.389
Custos de aquisição diferidos (Nota 14)	38.507	22.554	418.252	378.410
Seguros	38.507	22.554	407.771	364.125
Não circulante	182.775	188.895	65.504	76.008
Realizável a longo prazo	72.111	73.799	10.481	14.285
Aplicações financeiras (Nota 6)	1.083	1.003	62.546	73.375
Créditos das operações com seguros e resseguros	3.014	260	60.547	71.106
Prêmios a receber (Nota 7)	3.014	259	1.999	2.269
Operações com seguradoras	-	1	2.958	2.633
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Nota 9)	24.736	33.650	238.766	226.248
Títulos e créditos a receber	32.691	29.517	310.291	276.145
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	-	562	123.084	34.146
Créditos tributários e previdenciários (Nota 11)	16.228	13.537	(194.609)	(84.043)
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 15)	16.068	15.013		
Outros créditos operacionais	395	405		
Custos de aquisição diferidos (Nota 14)	10.587	9.369		
Investimentos (Nota 16)	84.616	87.099		
Participações societária	79.046	80.935		
Imóveis destinados à renda	5.570	6.164		
Imobilizado (Nota 17)	7.893	6.975		
Imóveis de uso próprio	605	79		
Bens móveis	5.440	5.342		
Outras imobilizações	1.848	1.554		
Intangível (Nota 18)	18.155	21.022		
Despesa com desenvolvimento para sistema de computação	18.155	21.022		
Total do ativo	875.903	806.658	875.903	806.658
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Contas a pagar				
Obrigações a pagar (Nota 19.1)				
Impostos e encargos sociais a recolher (Nota 20)				
Encargos trabalhistas				
Impostos e contribuições (Nota 20)				
Outras contas a pagar (Nota 19.2)				
Débitos de operações com seguros e resseguros				
Prêmios a restituir				
Operações com seguradoras				
Operações com resseguradoras (Nota 21)				
Corretores de seguros e resseguros				
Outros débitos operacionais (Nota 22)				
Depósitos de terceiros (Nota 23)				
Provisões técnicas - seguros (Nota 24)				
Danos				
Pessoas				
Outros débitos				
Provisões judiciais (Nota 25)				
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 26(a))				
Aumento de capital (em aprovação) (Nota 26(b))				
Prejuízos acumulados				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Discriminação	Em milhares de reais			
	Capital social	Aumento (redução) capital em aprovação	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2012	204.450	-	(1.493)	202.957
Aumento de capital AGE 26 de setembro de 2012 em aprovação cfe. Processo SUSEP nº 15414.004410/2012-87	-	34.146	-	34.146
Aumento de capital AGE 22 de abril de 2012 - homologado cfe. Portaria SUSEP/CGRAT nº 1.085, de 14 de abril de 2010	9.400	-	-	9.400
Aumento de capital AGE 27 de junho de 2012 - homologado cfe. Portaria SUSEP/CGRAT nº 1.085, de 14 de abril de 2010	62.295	-	(82.550)	(20.255)
Prejuízo do exercício	-	-	(84.043)	(84.043)
Em 31 de dezembro de 2012	276.145	34.146	(84.043)	226.248
O aumento de capital conforme AGE de 26 de setembro de 2012, foi aprovado conforme Portaria SUSEP/CGRAT nº 5.210 de 11 de março de 2013	34.146	(34.146)	-	-
Aumento de capital AGE 02 de maio de 2013 em aprovação cfe. Processo SUSEP nº 15414.001675/2013-12	-	17.454	-	17.454
Aumento de capital AGE 26 de junho de 2013 em aprovação cfe. Processo SUSEP nº 15414.002243/2013-11	-	21.330	-	21.330
Aumento de capital AGE 13 de setembro de 2013 em aprovação cfe. Processo SUSEP nº 15414.100604/2013-93	-	45.000	-	45.000
Aumento de capital AGE 27 de dezembro de 2013 em aprovação cfe. Processo SUSEP nº 15414.100033/2014-78	-	39.300	-	39.300
Prejuízo do exercício	-	-	(110.566)	(110.566)
Em 31 de dezembro de 2013	310.291	123.084	(194.609)	238.766

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de Dezembro

	Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação	
	2013	2012
Prêmios emitidos líquidos (Nota 27)	332.697	275.511
Variações das provisões técnicas de prêmios (Nota 28)	(32.547)	(58.658)
Prêmios ganhos (Nota 27.1)	300.150	216.853
Receita com emissão de apólices	2.128	2.461
Sinistros ocorridos (Nota 29)	(114.796)	(81.657)
Custos de aquisição (Nota 30)	(35.677)	(23.850)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 31)	(11.198)	(8.481)
Resultado com resseguro (Nota 32)	(105.508)	(70.102)
Receita com resseguro	28.859	19.776
Despesa com resseguro	(134.367)	(89.878)
Despesas administrativas (Nota 33)	(138.841)	(95.166)
Despesas com tributos (Nota 34)	(6.706)	(7.858)
Resultado financeiro (Nota 35)	7.941	11.319
Resultado patrimonial (Nota 36)	1.206	2.671
Resultado operacional	(101.301)	(53.810)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(1.131)	(659)
Resultado antes dos impostos e participações	(102.432)	(54.469)
Imposto de renda (Nota 37)	-	(14.881)
Contribuição social (Nota 37)	-	(8.064)
Participações sobre o lucro	(8.134)	(5.136)
Prejuízo do exercício	(110.566)	(82.550)
Quantidade de ações (Nota 26(a))	814.192,186	466.103,951
Prejuízo por ação	(0,14)	(0,18)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de Dezembro

	Em milhares de reais	
	2013	2012
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(110.566)	(82.550)
Ajustes para		
Depreciação e amortizações	6.633	5.278
Resultado de equivalência patrimonial	1.889	151
Outros ajustes	2.093	-
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(32.956)	(33.063)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(26.920)	(67.933)
Ativos de resseguro	21.260	(21.013)
Créditos fiscais e previdenciários	(2.738)	16.455
Depósitos judiciais e fiscais	(1.055)	4.802
Despesas antecipadas	(10.821)	31
Custos de aquisição diferidos	(17.171)	(11.524)
Outros ativos	546	2.543
Impostos e contribuições	785	(117)
Outras contas a pagar	3.031	5.148
Débitos de operações com seguros e resseguros	18.323	18.337
Depósitos de terceiros	5.251	3.789
Provisões técnicas - seguros e resseguros	29.013	69.899
Provisões judiciais	325	(110)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(113.078)	(89.877)
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda		
Imobilizado	87	86
Pagamento pela compra		
Imobilizado	(3.028)	(2.772)
Intangível	(3.244)	(10.135)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	(6.185)	(12.821)
Atividades de financiamento		
Aumentos de capital (em fase de aprovação)	123.084	105.841
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	123.084	105.841
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	3.821	3.143
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.679	1.536
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.500	4.679

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

1 CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

A AIG Seguros Brasil S.A. ("AIG Seguros" ou "Seguradora"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1.306, Vila Olímpia, São Paulo - SP, é subsidiária da AIG Insurance Inc., e atua em seguros gerais e seguros de pessoas em todo território nacional, conforme organograma abaixo:



A AIG Insurance Inc. está ampliando suas instalações no Brasil por meio de investimentos na AIG Seguros. Os investimentos na filial brasileira fazem parte de sua estratégia para reforçar suas operações locais, que terão como foco inicial as áreas de Seguros Corporativos e de Resseguros, e permitir expandir sua atuação também para a área de Seguros de Varejo. A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender às necessidades específicas de seus clientes. A Seguradora oferece produtos de seguro nos seguintes ramos:

- Produtos para indivíduos**
 - Acidentes pessoais
 - Vida
 - Garantia estendida
 - Roubo e danos
 - Outros
- Produtos para empresas**
 - Riscos de engenharia e propriedades
 - Garantia
 - Riscos ambientais
 - Responsabilidade profissional e civil
 - Outros

Em 12 de novembro de 2012 através da Assembleia Geral extraordinária foi instituída a reforma do estatuto social da Seguradora, a alteração da razão social da Chartis Seguros Brasil S.A. para AIG Seguros Brasil S.A., encontra-se em aprovação na SUSEP Processo nº 15414.005108/2012-46.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas a seguir. Estas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quanto indicado o contrário.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), as quais abrangem as normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), os pronunciamentos, as

orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando referendados pela SUSEP.

A Seguradora não está apresentando a demonstração do resultado abrangente, tendo em vista que não existem outros itens além do resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias "Disponível para a venda" e "Avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal de seus negócios no Brasil.

As áreas que envolvem alto grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para a preparação das demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3 destas demonstrações financeiras. A Seguradora revisa essas estimativas e premissas periodicamente e, quando necessário, são ajustadas para melhor refletir sua situação financeira e patrimonial. Em 1º de março de 2013, foi emitida a Circular SUSEP nº 464 que, embora tenha revogado a Circular SUSEP nº 430/2011, não causou mudanças significativas e não gerou efeitos no resultado e no patrimônio de períodos anteriores da Seguradora. A Circular SUSEP nº 464/13 estabeleceu o novo plano de contas das Seguradoras a partir de 1º de janeiro de 2013, alterando principalmente a política contábil de reconhecimento das receitas de faturas emitidas antecipadamente. Dentre as mudanças, foi exigida a reclassificação dos saldos de "Faturas emitidas antecipadamente" para contas patrimoniais, as quais eram registradas anteriormente em contas de compensação. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da conta "Faturas emitidas antecipadamente" era R\$ 384 e, conforme exigido pela norma contábil, foram realizadas avaliações baseadas no CPC 23 - "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" e CPC 26 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", no entanto considerando a imaterialidade de tais ajustes, julgamos não serem necessárias reclassificações das informações comparativas de períodos anteriores.

A Seguradora também avaliou os Pronunciamentos Técnicos do CPC que ainda não foram aprovados pela SUSEP e constatou que nenhum deles tem aplicabilidade em seus negócios, são eles:

(a) CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado (DVA)", que tem por objetivo estabelecer critérios para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado exigida apenas nas demonstrações financeiras consolidadas.

(b) CPC 17 - "Contratos de Construção", que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção que se caracterizam por ter suas datas de início e término em períodos contábeis diferentes.

(c) CPC 29 - "Ativo Biológico e Produto Agrícola", que estabelece o tratamento contábil e as respectivas divulgações, pertinentes à avaliação dos estoques dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas, como parte do registro das atividades agrícolas.

2.2. Conversão em



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

"Resultado financeiro" no período em que ocorrem. A Seguradora não designou nenhum ativo ou passivo financeiro através da opção de valor justo, ou *fair value option* nas demonstrações financeiras.

(c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Seguradora classifica os ativos financeiros nesta categoria segundo o propósito de negócio (ou intenção) da Administração quanto à realização do ativo. Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são aqueles instrumentos não derivativos com valores a receber fixos ou predeterminados e com vencimentos fixos (exceto aqueles que atendam à definição da categoria "empréstimos e recebíveis") onde a Administração possui a intenção e a habilidade de manter o ativo até a data de vencimento. Estes ativos são inicialmente reconhecidos a valor justo e subsequentemente avaliados ao custo amortizado, segundo o método da taxa efetiva de juros (*EIF method*). Estes ativos são avaliados para *impairment* a cada data de balanço e a Seguradora constitui uma provisão para *impairment* quando há evidência objetiva de que não terá a habilidade de receber todos os valores devidos pela contraparte em conformidade com os termos contratuais estabelecidos (veja Nota 2.5(a) e (b) para *impairment* de ativos financeiros). Em 31 de dezembro de 2013 a Seguradora não possuía títulos classificados nessa categoria.

(d) Empréstimos e recebíveis, incluindo prêmios a receber de segurados

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor de prêmio emitido. Os outros recebíveis da Seguradora compreendem os demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para *impairment* a cada data de balanço (vide política contábil 2.5(a)).

(e) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles instrumentos financeiros não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente incrementais) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de títulos de renda fixa classificados como disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. Dividendos recebidos de investimentos em ações, quando classificados nesta categoria, são reconhecidos no resultado do período quando o direito de recebimento do dividendo é estabelecido para a Seguradora.

A parcela correspondente à variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizados) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (vide política contábil de *impairment* na Nota 2.5(b)).

(f) Determinação de valor justo de ativos

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base nos preços atuais de compra (*bid prices*). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Seguradora.

2.5. Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*)

(a) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados)

A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou *impaired*.

Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Seguradora somente registra a perda no resultado do período se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração. As perdas são registradas e controladas em uma conta retificadora do ativo financeiro. Para a análise de *impairment*, a Seguradora utiliza diversos fatores observáveis que incluem:

- dificuldades significativas do emissor ou do devedor;
- quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor;
- é provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata;
- desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários);
- informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de *impairment*), embora esta redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos individualmente não significativos.

Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Seguradora utiliza uma metodologia amplamente conhecida como metodologia de perda incorrida que considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Se a Seguradora considerar que não existe evidência de que um ativo individualmente significativo esteja *impaired*, a Seguradora inclui o ativo em um grupo de ativo de risco de crédito com características similares e acessa este ativo para *impairment* juntamente com os demais ativos financeiros que serão testados em uma base coletiva. Para o cálculo coletivo de *impairment* a Seguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos índices históricos de perda dos grupos avaliados com base em metodologia de rolagem, amplamente conhecida como *Roll Rate Model*.

A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em períodos anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

Para os ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" o valor do *impairment* é avaliado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos e caixa futuros estimados dos ativos descontados pela taxa efetiva de juros do ativo. Caso o ativo esteja *impaired*, o valor da perda é reconhecido como uma conta retificadora (uma provisão) e a contrapartida no resultado do período. Quando o ativo for cotado, a Seguradora utiliza o valor de mercado como valor de referência para o cálculo de *impairment*.

(b) Ativos financeiros avaliados a valor justo

A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente *impaired*. No caso de investimentos em instrumentos de capital (ações) a Seguradora avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo do seu custo. Caso tal evidência existir, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas para *impairment* registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do período. Perdas para *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando o valor justo do instrumento financeiro aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente reconhecida.

(c) Ativos não financeiros

Ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é o custo ou maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Os ativos registrados como custos de aquisição diferidos de contratos de seguros são avaliados, quando à sua recuperabilidade, segundo o Teste de Adequação de Passivos (LAT) (vide política contábil 2.11.3).

2.6. Custos incorridos na aquisição dos contratos de seguros

A Seguradora registra como um ativo - circulante e não circulante, proporcionalmente ao período de vigência de cada apólice - os custos diretamente incrementais e relacionados à origemação ou renovação de contratos de seguro (Custos de Aquisição Diferidos), e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. Esse ativo intangível é amortizado segundo o período do contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco.

2.7. Propriedades de investimento

A AIG Seguros detém certas propriedades de investimento que não são classificadas como ativo imobilizado de uso próprio e que são alugadas para terceiros para auferir renda. Esses ativos são classificados como propriedades de investimento segundo o CPC 28 (equivalente ao IAS 40) e são avaliados ao custo de aquisição (mais ou menos quaisquer custos de transação incrementais) reduzido por depreciação. As operações de arrendamento dessas propriedades são classificadas segundo o CPC 6 (equivalente ao IAS 17) como um *leasing* operacional. Como a Seguradora utiliza o modelo de custo (*cost model*) permitido pelo CPC 28 (equivalente ao IAS 40) para imóveis de investimento, estes ativos são avaliados para *impairment* e alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa segundo o CPC 1 (equivalente ao IAS 36).

2.7.1. Leasing

A AIG Seguros aluga diversos ativos em seu curso normal de negócios. Consequentemente, para a aplicação do CPC 6 (equivalente ao IAS 17), a Seguradora efetua o processo de classificação dos contratos como *leasing* financeiro ou operacional. Os contratos de *leasing* onde uma porção significativa dos riscos e benefícios sobre os ativos são retidos pela Seguradora, como arrendador, são classificados como *leasing* operacionais. Recebimentos pela Seguradora de *leasing* operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado do exercício linearmente e proporcionalmente ao período do arrendamento. Os contratos de *leasing* da Seguradora foram avaliados e classificados como *leasings* operacionais.

2.8. Ativo imobilizado de uso próprio

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis e utensílios, instalações e outros ativos fixos utilizados para a condução dos negócios da Seguradora. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condição de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou "parte" de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos.

A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

O valor residual dos ativos e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior do que o valor contábil do ativo segundo as regras do CPC 1 (equivalente ao IAS 36).

2.9. Passivos financeiros

As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros predeterminada (ou explícita no contrato), a Seguradora utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência que seria cobrada hipoteticamente por uma instituição bancária no mercado para financiamento ou compra de um ativo similar considerando, inclusive, o risco de crédito da Seguradora para este propósito.

2.10. Contratos de seguro e contratos de investimento - classificação

Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Na data de adoção do CPC a Seguradora não identificou contratos classificados como "contratos de investimento" na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4).

Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato.

2.11. Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro

2.11.1. Avaliação de ativos de contratos de resseguro

A política de risco de crédito da Seguradora prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas do regulador local (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Seguradora acessa a recuperabilidade (*impairment*) dos ativos de resseguro regularmente e no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período. Segundo diretrizes do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora utiliza uma metodologia similar àquela utilizada para ativos financeiros mantidos até o vencimento para determinar que há evidência objetiva de deterioração em um ativo de resseguro (vide metodologia descrita na política contábil 2.5). Consequentemente, as perdas para *impairment* são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros, conforme regras do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Esta metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e trâmite do processo de recuperação junto aos resseguradores.

2.11.2. Passivos de contratos de seguro

Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a AIG Seguros aplicou a isenção de utilizar as suas políticas contábeis anteriores, para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Dentre as isenções previstas no CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a AIG Seguros também aplicou outros procedimentos mínimos requeridos para uma entidade que aplica o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), tais como: (i) teste de adequação de passivos (ou *Liability Adequacy Test* - vide política contábil 2.11.3), (ii) teste de *impairment* de ativos de resseguro (vide política contábil 2.11.1), (iii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro e (iv) identificação de derivativos embutidos em contratos de seguro. A Seguradora não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa) já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por esta política.

Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) e Circular SUSEP nº 457, de 2012, na avaliação de contratos de seguro.

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº 281/13. Ainda, nos termos da Resolução CNSP nº 135/05, uma avaliação atuarial das carteiras, com periodicidade anual, é realizada e encaminhada à Superintendência de Seguros Privados, com o respectivo parecer atuarial.

(a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, incluindo a parcela de variação cambial nos casos de riscos em moeda estrangeira, de acordo com as normas da SUSEP. A provisão de prêmios não ganhos relativa às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas dos resseguradores.

(b) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE é constituída pela parcela de prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, referente às apólices que já tiveram início de vigência, mas ainda não foram emitidas. Essa provisão é feita através de cálculos estatísticos visando estimar todos os riscos já vigentes no qual deve-se ter reserva caso tenha a ocorrência de um sinistro.

A metodologia adotada é o "triângulo de *run-off*", que demonstra o tempo que demora para ocorrer a emissão a partir do início de vigência. É utilizado como base o prêmio emitido total e prêmio emitido retido, no período determinado, e estes são agrupados por trimestre, de acordo com o seu início de vigência e pela diferença em trimestres entre a emissão e o início de vigência. Esses dados são distribuídos e acumulados no triângulo e a partir das divisões dos valores da coluna posterior pelos valores da coluna anterior, é criado o "triângulo de fatores de *run-off*", o qual representa o percentual de emissões não conhecidas ainda, de acordo com cada início de vigência do risco.

É construído um triângulo por linha de negócio AIG, uma vez que os produtos nelas contidos possuem o mesmo perfil de comportamento.

Para chegar ao valor total de emissão, considerando os riscos ainda não emitidos, multiplica-se o fator acumulado pela emissão já conhecida. O valor do Prêmio Estimado é resultado da diferença entre o valor total de prêmio calculado e o valor de prêmio já emitido.

Para obter-se o valor da PPNG-RVNE, para cada período de início de vigência analisado no triângulo, calcula-se o respectivo percentual de PPNG-RVNE, ou seja, o tempo de vigência a decorrer. Aplica-se então, o percentual obtido, ao Prêmio Estimado correspondente calculado.

Os valores considerados *out-liers* são excluídos das análises dos triângulos por se tratar de valores de determinadas apólices emitidas com o valor muito superior ao esperado para os próximos meses, e, portanto, podem distorcer a estimativa.

Após o cálculo, também pode ocorrer o acréscimo de valores quando sabe-se da existência de riscos vigentes mas não emitidos, oriundos de apólices específicas, os quais o Atuarial identifique que a experiência do triângulo não reflita esses casos.

(c) Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com o disposto na Circular SUSEP nº 457/12. O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos, e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas (mais detalhes sobre o TAP, vide item 2.11.3).

(d) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

Constituída por estimativa de pagamentos prováveis de indenizações e despesas de sinistros, determinada com base nos avisos de sinistros individuais recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação.

Adicionalmente, na metodologia utilizada para estimar o IBNR é calculada uma provisão de sinistros estimados, destinada à cobertura dos ajustes de estimativas da provisão de sinistros a liquidar, considerando inclusive aqueles processos civis relacionados a sinistros, cujo valor pode exceder aos valores contratados, gerados entre a data de aviso e a data de pagamento do sinistro, determinada em cálculos atuariais estabelecidos na Avaliação Atuarial, submetida à SUSEP.

A Provisão de PSL referente ao convênio DPVAT é registrada com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

(e) Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (Provisão de IBNR)

A metodologia adotada para cálculo do IBNR se baseia no desenvolvimento dos sinistros avisados a fim de se estimar o sinistro final. A diferença entre o sinistro final e o sinistro avisado é o IBNR.

O desenvolvimento dos sinistros avisados se dá através de uma técnica conhecida como "triângulo de *run-off*". São selecionados nas bases de dados da Seguradora os sinistros retidos, pendentes e pagos, ocorridos nos últimos quinze anos. Estes sinistros são distribuídos em períodos semestrais de ocorrência e movimentação, formando um triângulo de 30 semestres de ocorrência por 30 semestres de movimentação. Este triângulo tem seus valores acumulados e, a partir da divisão dos valores da movimentação posterior pelos valores da movimentação anterior, é criado o "triângulo de fatores de *run-off*". Para cada coluna do triângulo de *run-off* é feito uma análise com o objetivo de se determinar qual o fator que melhor representa aquela fase de desenvolvimento do sinistro. (A seleção deste fator pode ser feita pela média dos fatores, levando-se em consideração o conhecimento que o atuário tem de cada carteira.)

Esta análise é crítica, e para se chegar a uma boa estimativa do sinistro final, pode ser necessária uma triagem dos sinistros que ocorreram em um determinado semestre a fim de se identificar situações atípicas, tais como catástrofes ou outros eventos cuja possibilidade de nova ocorrência são remotas, as quais deverão ser excluídas para efeito de criação dos fatores de *run-off*, pois estes fatores são responsáveis pelo desenvolvimento do sinistro no futuro e não devem embutir situações atípicas. Quando for identificado um sinistro com estas características, ele será destacado do triângulo de sinistros e tratado individualmente. Isto significa que será criado um triângulo de fatores sem a distorção deste evento, e sem esta distorção também será desenvolvido o triângulo de sinistros. Posteriormente, o sinistro atípico que foi desenvolvido até o final individualmente, será adicionado ao triângulo original para apuração do IBNR. É importante observar que a classificação de um sinistro como atípico, depende exclusivamente de sua natureza e não do impacto que possa produzir no sinistro final, já que este tratamento pode tanto aumentar como diminuir o IBNR. O importante é que se obtenha uma projeção mais realista possível.

Uma vez selecionados os fatores que melhor representam cada um dos semestres de desenvolvimento, elaboramos, a partir da primeira movimentação, o resultado dos demais fatores, criando o LDF (*loss development factor*) para cada linha de ocorrência. Voltando ao triângulo de sinistros acumulados, projetamos o sinistro final multiplicando cada LDF pelo sinistro avisado conhecido do semestre de ocorrência correspondente. Finalmente o IBNR será a diferença entre o sinistro final e o sinistro conhecido.

Para fins de atendimento às novas regras da SUSEP, a Seguradora também elabora um triângulo de *run-off* utilizando apenas as datas de ocorrência, aviso e os valores de abertura dos sinistros, para determinar qual a provisão de IBNRY (*Incurred but not yet reported*) da seguradora, e consequentemente os valores estimados para ajuste dos sinistros (IBNER) avisados e não avisados. Ademais, também é elaborado um triângulo de *run-off* bruto e líquido de valores de salvados, para determinar a estimativa de salvados a recuperar da Seguradora.

A Provisão de IBNR referente ao convênio DPVAT é registrada com base nos demonstrativos recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., bem como a provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelos resseguradores.

(f) Provisão de Despesas Administrativas (PDA)

É constituída Provisão de Despesas Administrativas (PDA) para o ramo de Seguro DPVAT com base em metodologia determinada pelo CNSP, essa provisão é registrada com os informes emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., administradora do mesmo.

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são classificados como "Despesas financeiras".

(g) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A provisão de despesas relacionadas é constituída para fins de cobertura das despesas diretamente relacionadas a sinistros da Seguradora. Esta é composta pelas despesas relacionadas a sinistros já avisados, bem como a estimativa de despesas para os sinistros ainda não avisados (IBNR), para a qual, segue a mesma metodologia de cálculo do IBNR.

2.11.3. Teste de adequação dos passivos (Liability Adequacy Test (LAT))

Conforme requerido pelo CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) e Circular SUSEP nº 457, de 2012, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), deduzidos dos custos de aquisição diferidos do ativo circulante diretamente relacionados aos contratos de seguros.

A Seguradora adotou a seguinte metodologia e premissas para gerar o cálculo de LAT:

- Divisão do portfólio em 25 grupos os quais a Seguradora administra seus riscos mundialmente.
- O cálculo do Net Carrying Amount foi efetuado através da fórmula: NCA = (PPNG + PPNG-RVNE - DCD - DCD-RVNE) + (IBNR + IBNER + PSL + PDR)
- Projeção do fluxo de caixa em cinco partes, sendo:
 - fluxo de pagamentos de sinistros e despesas com sinistros, em dólares, de riscos não incorridos até a data do teste;
 - fluxo de pagamentos de sinistros e despesas com sinistros, em reais, de riscos não incorridos até a data do teste;
 - fluxo de pagamentos de sinistros e despesas com sinistros já incorridos;
 - fluxo de pagamentos de despesas administrativas necessárias para o funcionamento da empresa; fluxo de pagamento de despesas com comercialização dos prêmios futuros estimados.
- A taxa de juros aplicada para o cálculo do valor presente dos fluxos é curva de juros (ETTJ), informada pela SUSEP com referência no Cupom de IPCA.
- Aplicação do percentual de 4,65% em cada período do fluxo, referente a impostos de PIS e COFINS, para os casos cujo montante de prêmio ganho sejam maiores que o montante de sinistro pago.
- Aplicação de uma sinistralidade esperada calculada por grupo de produtos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Grupo LAT	Profit Center	Sinistralidade esperada - %
1	Acidentes pessoais e viagens	22
2	Automóvel	65
3	Aeronáutico	35
4	Responsabilidade civil geral excedente	35
5	Responsabilidade civil geral	50
6	Combinado	45
7	Gerenciamento de crises	39
8	Engenharia/Energia	50
9	Ambiental	40
10	Garantia estendida	20
11	Riscos financeiros	40
12	Vida	40
13	Transporte	65
14	Contas internacionais	50
15	Propriedade pessoal	25
16	Outros pessoa física	18
17	Grandes propriedades	50
18	Garantia	25
20	Risco de crédito	60

Caso seja identificada qualquer deficiência, a Seguradora registrará o valor da insuficiência na Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Alguns contratos permitem que a Seguradora adquira a titularidade sobre o ativo ou adquira o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tais como salvados). A Seguradora também possui o direito contratual de buscar ou cobrar ressarcimentos de terceiros, tais como sub-rogação de direitos, para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos em um contrato de seguro. Consequentemente, conforme permitido pelo CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), estimativas de recuperação de salvados e de reembolsos originados de sub-rogação de direitos são incluídos como um redutor na avaliação dos contratos de seguros e na execução dos testes de adequação dos passivos.

No cálculo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2013 não foi constatada nenhuma insuficiência para nenhum dos grupos citados acima, para as reservas Brutas de Resseguro.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

2.12. Derivativos embutidos

A Seguradora emite contratos de seguro cujos pagamentos de sinistros são denominados em moeda estrangeira, onde os fluxos de caixa a serem liquidados (ou pagos) aos segurados são afetados pela variabilidade das taxas de câmbio periodicamente e nos períodos de liquidação. Como o pagamento destes fluxos de caixa de benefícios são contingentes ao evento de perda, o derivativo embutido nesses contratos atende à definição de um contrato de seguro por si só, e usufruem da isenção prevista no CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), que permite a não "bifurcação", ou contabilização separada dos derivativos embutidos ao valor justo, periodicamente. A Seguradora elaborou análises de sensibilidade para risco financeiro que considera as variações sobre esses contratos na Nota 4.1.

2.13. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Seguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Seguradora constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração dispõe de total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

2.14. Capital social

As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos.

2.15. Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial quando há um direito legal irrevogável de compensar ativos e passivos junto à contraparte e quando a Seguradora possui a intenção de liquidar os instrumentos em uma forma líquida ou realizar o ativo e liquidar um determinado passivo financeiro simultaneamente.

2.16. Políticas contábeis para reconhecimento de receita

2.16.1. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices.

2.16.2. Receita de juros e dividendos recebidos

As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

2.16.3. Receitas de aluguéis de imóveis a terceiros

As receitas de aluguéis de ativos imobiliários de investimento são reconhecidas no resultado do período segundo o método linear e proporcionalmente ao longo do período do aluguel. Quaisquer incentivos ou despesas de aluguel são reconhecidos seguindo o mesmo padrão de reconhecimento de receita.

2.17. Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240.000. A contribuição social é calculada à alíquota de 15%.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporais entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora representam a área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos. A Seguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na Nota 4.1.

(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Seguradora possui um grande número de processos judiciais trabalhistas e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras.

Conseqüentemente, o processo utilizado pela alta Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis levam em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e estágio (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25 (equivalente ao IAS 37).

(c) Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis, bem como atendendo os requisitos mínimos determinados na Circular SUSEP nº 464/13. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Seguradora na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis.

4. GESTÃO DE RISCO DE SEGURO, RISCO FINANCEIRO E RISCO DE CAPITAL

4.1. Gestão de risco de seguro

(a) Risco de seguro

O Risco em qualquer contrato de seguro é a possibilidade que um evento ocorra, ou não, e em função deste se caracterize um sinistro. A natureza de um contrato de seguro determina que o risco deva ser aleatório e não previsto. A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de que o evento de seguro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo de seguro são aqueles contratos onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento segurado ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento segurado não ocorra. A Seguradora gerencia os contratos de seguros através de políticas internas de subscrição, nesta inclui-se limites para cada subscritor conforme sua experiência, política de preços para cada tipo de risco, monitoramento do resultado e a escolha de resseguradores aprovados pelo comitê de crédito. No momento de definir o prêmio de seguros é aplicada a teoria da probabilidade e juntamente com a experiência histórica, determinamos o prêmio necessário para cobrir os riscos, bem como os níveis de reservas necessárias (*net carrying amount*). O risco principal que possuímos é de os sinistros superarem as estimativas realizadas no momento da constituição de reserva, resultando em um valor insuficiente para arcar com os custos futuros. Isso pode ocorrer se a frequência de sinistros ou sua severidade forem maiores do que o estimado.

Para reduzir esse risco trabalhamos com a teoria do mutualismo, onde procuramos ter uma carteira com exposição consistente para reduzir a variabilidade dos resultados esperados (frequência e severidade), e fazemos o acompanhamento das taxas aplicadas, frequência e severidade, e dos resultados. Além disso, trabalhamos em diversas linhas de produto, diversificando assim a exposição ao risco. Complementar a isso, temos uma estratégia de subscrição que permite identificar o tipo de risco e fatores que o agravam, como a localização, coberturas, tipos de indústria, entre outros, no momento da precificação do produto. Para fins de cálculo do TAP, a Seguradora analisou seus riscos conforme a administração dos mesmos mundialmente pela AIG, sendo estes:

Consumer lines (pessoa física)

- Acidentes pessoais e viagens
- Automóvel
- Garantia estendida
- Vida
- Propriedade pessoal
- Outros pessoa física

Commercial lines (pessoa jurídica)

- Aeronáutico
- Responsabilidade civil geral excedente
- Responsabilidade civil geral
- Combinado
- Gerenciamento de crises
- Engenharia/Energia
- Ambiental
- Riscos financeiros
- Transporte
- Contas internacionais
- Outros
- Risco político
- Grandes propriedades
- Garantia
- Risco de crédito

(b) Exposição ao risco de moeda

	Prêmios diretos emitidos		Prêmios diretos emitidos líquidos de resseguros	
	2013	2012	2013	2012
US\$	285.540	240.206	168.464	145.707
BRL	47.157	35.305	22.013	19.896
	332.697	275.511	190.477	165.603

(c) Concentração de risco por localidade - prêmios diretos emitidos em 2013

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes pessoais coletivo	(2)	470	-	2.013	1.506	3.987
Aeronáuticos	525	1.267	121	9.364	238	11.515
Compreensivo empresarial	36	128	3	1.321	144	1.632
DPVAT (todas as categorias)	2.612	6.947	695	17.400	6.660	34.314
Garantia estendida	2.294	6.233	-	(8.673)	32.221	31.885
Lucros cessantes	79	438	32	10.198	156	10.903
R.C. profissional	250	350	41	8.128	408	9.177
R.C. geral	1.757	1.484	275	27.250	1.952	32.718
R.C. de administradores e diretores (D&O)	1.612	1.241	365	27.091	1.279	31.588

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
R.C. riscos ambientais	306	520	147	3.871	659	5.503
Responsabilidade civil hangar	256	105	11	2.191	19	2.582
Riscos de engenharia	63	592	32	10.341	185	11.213
Riscos diversos	577	176	6	5.816	159	6.734
Riscos financeiros - crédito interno	622	-	-	15.863	4.391	20.876
Riscos nomeados e operacionais	975	3.440	815	55.516	751	61.497
Seguros compreensivos de operações portuárias	58	275	21	1.832	171	2.357
Transporte internacional	65	227	78	6.791	590	7.751
Transporte nacional	162	(1.698)	962	16.164	1.849	17.439
Turístico	96	5	(27)	11.701	1.427	13.202
Demais ramos	461	993	999	12.184	1.187	15.824
	12.804	23.193	4.576	236.172	55.952	332.697

(d) Concentração de risco por localidade - prêmios diretos emitidos em 2012

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes pessoais coletivo	3	50	-	499	32	584
Aeronáuticos	105	174	-	9.302	36	9.617
Compreensivo empresarial	2	92	1	994	208	1.297
DPVAT (todas as categorias)	3.587	7.788	782	18.778	7.505	38.440
Garantia estendida	1.077	1.255	-	3.718	13.852	19.902
Lucros cessantes	18	181	(26)	5.517	138	5.828
R.C. profissional	73	142	28	5.379	231	5.853
R.C. geral	397	505	17	25.844	739	27.502
R.C. de administradores e diretores (D&O)	1.141	556	198	24.438	924	27.257
R.C. riscos ambientais	-	179	-	4.127	482	4.788
Responsabilidade civil hangar	892	73	-	1.642	179	2.786
Riscos de engenharia	-	42	10	5.608	107	5.767
Riscos diversos	349	71	-	6.325	255	7.000
Riscos financeiros - crédito interno	-	-	-	15.506	4.261	19.767
Riscos nomeados e operacionais	437	984	(258)	35.959	268	37.390
Seguros compreensivos de operações portuárias	-	310	70	366	29	775
Transporte internacional	-	141	33	10.836	1.290	12.300
Transporte nacional	63	2.935	18	13.032	1.595	17.643
Turístico	-	-	-	16.085	277	16.362
Demais ramos	71	744	(19)	13.568	289	14.653
	8.215	16.222	854	217.523	32.697	275.511

(e) Concentração de risco por localidade - prêmios diretos emitidos líquidos de resseguro em 2013

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes pessoais coletivo	(1)	470	1	3.087	367	3.924
Aeronáuticos	229	871	22	351	128	1.601
Compreensivo empresarial	26	93	3	911	108	1.141
DPVAT (todas as categorias)	2.612	6.947	695	17.400	6.660	34.314
Garantia estendida	2.293	6.233	-	(8.673)	32.049	31.902
Lucros cessantes	332	273	(154)	1.929	128	2.508
R.C. profissional	165	211	25	5.137	263	5.801
R.C. geral	1.571	1.362	245	17.906	1.319	22.403
R.C. de administradores e diretores (D&O)	544	701	265	17.413	552	19.475
R.C. riscos ambientais	187	223	85	1.919	442	2.856
Responsabilidade civil hangar	(282)	37	(4)	875	(7)	619
Riscos de engenharia	29	(1.011)	156	4.244	291	3.709
Riscos diversos	542	136	(49)	2.699	126	3.454
Riscos financeiros - crédito interno	622	(256)	-	4.248	1.533	6.147
Riscos nomeados e operacionais	1.108	2.427	(420)	5.455	1.335	9.905
Seguros compreensivos de operações portuárias	49	70	22	584	96	821
Transporte internacional	50	211	61	5.171	398	5.891
Transporte nacional	131	(1.756)	789	12.791	1.593	13.548
Turístico	96	9	(25)	11.185	1.424	12.689
Demais ramos	288	378	826	5.755	522	7.769
	10.591	17.629	2.543	110.387	49.327	190.477

(f) Concentração de risco por localidade - prêmios diretos emitidos líquidos de resseguro em 2012

Descrição	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Acidentes pessoais coletivo	2	50	-	479	14	545
Aeronáuticos	(2)	(3)	-	890	(1)	884
Compreensivo empresarial	1	58	1	718	41	819
DPVAT (todas as categorias)	3.587	7.788	782	18.778	7.505	38.440
Garantia estendida	1.077	1.255	-	4.698	12.591	19.621
Lucros cessantes	2	19	(2)	1.533	25	1.577
R.C. profissional	41	65	16	3.161	129	3.412
R.C. geral	362	460	15	15.648	674	17.159
R.C. de administradores e diretores (D&O)	527	(116)	80	15.855	284	16.630
R.C. riscos ambientais	-	74	-	2.332	200	2.606
Responsabilidade civil hangar	(14)	(1)	-	592	(3)	574
Riscos de engenharia	-	(9)	2	979	(17)	955
Riscos diversos	349	57	-	3.424	95	3.925
Riscos financeiros - crédito interno	-	(78)	-	5.375	(262)	5.035
Riscos nomeados e operacionais	83	130	(7)	5.290	41	5.537
Seguros compreensivos de operações portuárias	-	(2)	-	232	-	230
Transporte internacional	-	139	25	7.160	1.094	8.418
Transporte nacional	60	2.678	15	12.071	1.560	16.384
Turístico	-	-	-	15.681	276	15.957
Demais ramos	12	463	(15)	6.446	(11)	6.895
	6.087	13.027	912	121.342	24.235	165.603

(g) Política de resseguros

Quaisquer riscos que excedam os limites de subscrição locais são submetidos à Matriz para aprovação. Para minimizar os riscos da Seguradora, contamos ainda com os contratos de resseguros. Os limites de subscrição existem para impor critérios de seleção adequados de risco. Os contratos de resseguro incluem contratos de excesso de danos, quota e cobertura de catástrofe. A Seguradora também não expõe mais do que 5% do seu patrimônio líquido ajustado em nenhum risco isolado.

(h) Análises de sensibilidade

A Seguradora elabora análises de sensibilidade periodicamente onde são determinadas mudanças nas premissas atuariais mais significativas utilizadas em seus modelos de avaliação de contratos de seguro, com base na razoável mudança esperada das premissas atuariais. As análises de sensibilidade apresentadas a seguir representam a melhor estimativa da Administração da Seguradora quanto aos fatores de risco de seguro que impactam nossos contratos e são integradas à nossa política e matriz de monitoramento de risco de seguro e conseqüentemente não garantem que os fatores de risco

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40 (equivalente ao IFRS 7) requer a divulgação por nível relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis:

- Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).
- *Input* outro que preços quotados incluídos em Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado dos preços) (Nível 2).
- *Input* para o ativo ou passivo que não é com base em dados observáveis do mercado (*input* não observável) (Nível 3).

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando à alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. As tabelas a seguir apresentam todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados como mensurados ao valor justo:

	2013			Saldo contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros a valor justo através do resultado				
Disponível para negociação				
Títulos públicos federais	66.144	-	-	66.144
Títulos privados	-	76.655	-	76.655
Cotas fundos de investimentos				
DPVAT	37.072	-	-	37.072
Exclusivo	-	62.336	-	62.336
Mútuo	-	6.338	-	6.338
Outros	-	-	195	195
Total disponível para negociação	103.216	145.329	195	248.740

	2012			Saldo contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros a valor justo através do resultado				
Mantidos para negociação				
Títulos públicos federais	34.192	-	-	34.192
Títulos privados	-	46.888	-	46.888
Cotas fundos de investimentos				
DPVAT	32.475	-	-	32.475
Exclusivo	-	97.519	-	97.519
Mútuo	-	4.710	-	4.710
Total mantidos para negociação	66.667	149.117	-	215.784

O valor justo de instrumentos negociados num mercado ativo (como instrumentos mantidos para negociação e disponível para venda) é calculado com base em preços quotados em mercado na data de balanço. O preço quotado usado para ativos financeiros mantido pela Seguradora é o preço de compra atual. A Seguradora realiza análises de sensibilidade para riscos financeiros sobre os seus instrumentos financeiros ativos e passivos. Existem diversas limitações quanto às linearidades ou não linearidades entre as mudanças esperadas destas premissas e os resultados reais futuros (realizados ou não realizados) podem diferir significativamente dos resultados estimados através das análises de sensibilidade apresentadas nestas demonstrações financeiras.

A tabela apresentada a seguir leva em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora:

Variável financeira	2013		
	Variação - %	Patrimônio líquido	Resultado
Taxa de juros	(1,5)	4.304	7.174
Taxa de juros	1,5	(5.111)	(8.519)
Moeda estrangeira - US\$	(20)	402	671
Moeda estrangeira - US\$	20	(404)	(673)

Variável financeira	2012		
	Variação - %	Patrimônio líquido	Resultado
Taxa de juros	1,50	3.731	6.218
Taxa de juros	(1,50)	(4.817)	(8.028)
Moeda estrangeira - US\$	(20)	403	671
Moeda estrangeira - US\$	20	(403)	(671)

4.4. Gestão de risco de crédito

A AIG Seguros possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de ativos financeiros e contratação de resseguro no mercado aberto. Nesse contexto, a Seguradora segue as políticas da matriz e políticas de seu Comitê de Crédito onde existem diversos indicadores impostos para limitar a exposição ao risco de crédito caso as contrapartes de nossas operações não possuam *rating* de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos em nossa política.

A Seguradora não possui um cliente (ou uma única contraparte) que represente concentração de 10% ou mais do total de sua respectiva classe de ativos financeiros. A política de investimentos adotada pela Administração estabelece as instituições financeiras com as quais a Seguradora pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas ou adquire títulos públicos federais, cuja classificação de risco seja considerada como alto *rating* de crédito.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	2013					Sem rating	Saldo contábil
	AAA	AA+	AA	AA-	A+		
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro							
Disponíveis para negociação							
Ativos prefixados							
Públicos	31.020	-	-	-	-	-	31.020
Privados	1.158	-	-	-	-	-	1.158
Ativos pós-fixados							
Públicos	35.124	-	-	-	-	-	35.124
Privados	46.350	2.315	20.481	2.249	4.102	-	75.497
Cotas fundos							
DPVAT	-	-	-	-	-	37.072	37.072
Exclusivo	-	-	-	-	-	62.336	62.336
Mútuo	-	-	-	-	-	6.338	6.338
Outros	-	-	-	-	-	195	195
Total instrumentos financeiros	113.652	2.315	20.481	2.249	4.102	105.941	248.740

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	2012					Sem rating	Saldo contábil
	AAA	AA	AA-	A+	A		
Aplicações financeiras							
Mantidos para negociação							
Ativos prefixados							
Públicos	17.065	-	-	-	-	-	17.065
Ativos pós-fixados							
Públicos	17.127	-	-	-	-	-	17.127
Privados	37.798	5.071	4.019	-	-	-	46.888
Cotas fundos							
DPVAT	-	-	-	-	-	32.475	32.475
Exclusivo	-	-	-	-	-	97.519	97.519
Mútuo	-	-	-	-	-	4.710	4.710
Total instrumentos financeiros	71.990	5.071	4.019	134.704	215.784		

A política de risco de crédito da Seguradora prevê que somente resseguradores classificados com *rating* de crédito de acordo com as normas da (SUSEP) sejam considerados no curso normal de seus negócios. No caso dos resseguradores locais que não dispõem de *rating* de crédito, a Seguradora utiliza análise de crédito específica para definição dos parceiros e percentuais de alocação, pelo menos a cada renovação de contrato.

Classe resseguradora	Resseguradora	Cedido - %	Rating
Local	IRB Brasil Resseguros S.A.	41,98	Sem rating
Local	Mapfre Re do Brasil Seguradora de Resseguros	0,03	Sem rating
Local	XL Resseguros Brasil S.A.	0,01	Sem rating
Local	Austral Resseguradora	0,32	Sem rating
Local	Munchener Ruck do Brasil Resseguros S.A.	0,11	Sem rating
Local	Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	2,26	Sem rating
Local	AIG Resseguros Brasil S.A.	18,76	Sem rating
Local	Alterra	0,02	Sem rating
Admitida	Hannover Ruckversicherung AG	16,45	A+
Admitida	Scor Reinsurance Company	0,04	A+
Admitida	Lloyd's	0,20	A
Admitida	Partner Re Reinsurance Europe Limited	0,05	A+
Admitida	Ariel Re Zurich	0,05	A-
Admitida	Transatlantic Reinsurance Company	0,15	A
Admitida	Swiss Reinsurance America Corporation	0,77	A+
Admitida	Kolnische Ruckversicherungs-Gesellschaft AG	0,04	AA+
Admitida	American Home Assurance Company	18,24	A
Eventual	Agrinational Insurance Company	0,29	A-
Eventual	Aspen Insurance UK Limited	0,13	A
Eventual	Axis Re Limited	0,11	A

Fonte: Agência classificadora A. M. Best Company.

A tabela a seguir apresenta o total de prêmios diretos divididos entre ativos *impaired* e ativos vencidos e não vencidos não classificados como *impaired*:

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não <i>impaired</i>						Ativos <i>impaired</i>	Saldo contábil de 2013
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Ativos <i>impaired</i>		
Prêmios a receber de segurados	62.228	6.015	4.574	1.540	5.243	1.541	(3.148)	77.993
Prêmios diretos								
Prêmios a receber de cosseguros								
Aceitos	8.305	-	-	-	-	-	-	8.305
Prêmios estimados	40.941	-	-	-	-	-	-	40.941
Prêmios retrocessão	3	-	-	-	-	-	-	3
	111.477	6.015	4.574	1.540	5.243	1.541	(3.148)	127.242

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos e não <i>impaired</i>	Ativos vencidos e não <i>impaired</i>					Ativos <i>impaired</i>	Saldo contábil de 2012
		0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	Acima de 180 dias		
Prêmios a receber de segurados								
Prêmios diretos	51.728	55	220	149	534	984	(1.942)	51.728
Prêmios a receber de cosseguros								
Aceitos	10.605	-	-	-	-	-	-	10.605
Prêmios estimados	55.591	-	-	-	-	-	-	55.591
Prêmios retrocessão	3	-	-	-	-	-	-	3
	117.927	55	220	149	534	984	(1.942)	117.927

4.5. Gestão de risco de capital

A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora através da otimização de ambos, o nível e diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora.

Os principais objetivos da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP, (ii) otimizar retornos sobre capital para nossos acionistas. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 464/13, o patrimônio líquido ajustado para os períodos findos em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2013	2012
Patrimônio líquido	238.766	226.248
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais	(79.046)	(80.935)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(10.827)	(6)
Ativos intangíveis	(18.155)	(21.022)
Patrimônio líquido ajustado	130.738	124.285
Margem de solvência		
(a) 20% do prêmio retido anual dos últimos 12 meses	38.095	33.121
(b) 33% do sinistro retido anual médio dos últimos 36 meses	20.933	14.237
Margem de solvência (i)	38.095	33.121
Capital-Base (CB)	15.000	15.000
Capital Adicional de Subscrição (CAS)	24.019	21.040
Capital adicional risco de crédito	20.750	17.930
Benefício da diversificação	(5.963)	(5.185)
Capital Adicional de Risco Operacional (CROPER)	2.362	-
Capital de risco (ii)	41.168	33.785
Capital mínimo requerido (iii)	41.168	48.785
Suficiência de capital (iv)	89.570	75.500

- (i) O montante informado para margem de solvência é maior valor entre o item a e b.
- (ii) Correspondente a soma do Capital Adicional de Subscrição, de risco de Crédito, de risco operacional e do benefício da diversificação dos riscos.
- (iii) O capital mínimo requerido é o maior valor entre o capital base, margem de solvência e o capital de risco. Em 2012, o capital mínimo requerido correspondia ao maior valor entre a margem de solvência e o capital de risco.
- (iv) A suficiência de capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do PLA menos capital mínimo requerido.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Numerário e depósitos à vista em instituições financeiras	8.500	4.679
Total de caixa e equivalentes de caixa	8.500	4.679

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Composição da carteira	Fluxo de caixa contratual e não descontado					Saldo contábil	Percentual por categoria
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos (*)	Acima de 5 anos (*)		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação (i)							
Fundos de investimento							
DPVAT	37.072	-	-	-	-	37.072	15
Exclusivo	62.336	-	-	-	-	62.336	25
Mútuo	6.338	-	-	-	-	6.338	3
Ativos prefixados							
Públicos	-	-	-	31.020	-	31.020	12
Privados	-	-	-	1.158	-	1.158	-
Ativos pós-fixados							
Públicos	-	-	-	24.501	10.623	35.124	14
Privados	-	13.844	35.576	26.077	-	75.497	30
Outros	195	-	-	-	-	195	-
Total ativos financeiros	105.941	13.844	35.576	82.756	10.623	248.740	100%
Circulante						247.657	
Não circulante						1.083	
(i) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus vencimentos.							

Composição da carteira	Fluxo de caixa contratual e não descontado					Saldo contábil	Percentual por categoria
	Sem vencimento	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos (*)	Acima de 5 anos (*)		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado mantidos para negociação							
Fundos de investimento							
DPVAT	32.475	-	-	-	-	32.475	15
Exclusivo	97.519	-	-	-	-	97.519	45
Mútuo	4.710	-	-	-	-	4.710	2
Ativos prefixados							
Públicos	-	4.149	-	12.916	-	17.065	8
Ativos pós-fixados							
Públicos	-	-	-	17.127	-	17.127	8
Privados	-	4.019	7.957	34.912	-	46.888	22
Total ativos financeiros	134.704	8.168	7.957	64.955	-	215.784	100
Circulante						214.781	
Não circulante						1.003	
(*) Ativos financeiros classificados como "Mantidos para negociação" são registrados no ativo circulante independentemente de seus							

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação dos prêmios a receber

Saldo dos prêmios a receber em 31 de dezembro de 2011	69.897
Prêmios emitidos seguros direto	279.740
Prêmios cancelados seguros direto	(48.118)
Recebimentos seguros direto	(211.583)
Juros a apropriar - variação	12
Cosseguro aceito - movimentação	7.835
RVNE - movimentação	21.208
Provisão para riscos sobre créditos	(1.064)
Saldo dos prêmios a receber em 31 de dezembro de 2012	117.927
Prêmios emitidos seguros direto	367.456
Prêmios cancelados seguros direto	(52.691)
Recebimentos seguros direto	(287.273)
Juros a apropriar - variação	(20)
Cosseguro aceito - movimentação	(2.300)
RVNE - movimentação	(14.651)
Provisão para riscos sobre créditos	(1.206)
Saldo prêmios a receber em 31 de dezembro de 2013	127.242

Saldo prêmios a receber em 31 de dezembro de 2013

Ramo	2013	2012
Acidentes pessoais coletivo	60	60
Aeronáuticos (casco)	120	240
Auto	120	210
Compreensivo empresarial	90	180
Compreensivo residencial	60	30
Crédito doméstico	30	30
Crédito interno	30	-
Crédito interno à exportação	60	30
Eventos aleatórios	150	360
Garantia de obrigações públicas	60	60
Garantia de obrigações privadas	60	30
Garantia estendida	90	30
Garantia segurado - setor privado	60	60
Garantia segurado - setor público	30	30
Prestamista	30	30
R.C. profissional	150	240
R.C. riscos ambientais	210	330
R.C. geral	120	150
R.C. de administradores e diretores (D&O)	180	120
Resp. civil do transportador rodoviário carga	30	120
Responsabilidade civil hangar	120	240
Responsabilidade do explorador ou transportador aéreo - reta	30	30
Riscos de engenharia	120	60
Riscos diversos	90	60
Riscos nomeados e operacionais	90	180
Seguro compreensivo para operadores portuários	90	120
Seguro viagem individual	60	60
Transporte internacional	120	180
Transporte nacional	120	180
Turístico	60	120
Vida em grupo	60	30
Ramos diversos	90	300
Média geral	87	122

A composição dos prêmios a receber diretos por ramo é demonstrada a seguir:

Ramos	2013	Percentual	2012	Percentual
Compreensivo residencial	247	-	117	-
Compreensivo empresarial	821	1	517	1
Lucros cessantes	-	-	3	-
Garantia estendida	5.365	7	5.361	10
R.C. de administradores e diretores (D&O)	10.271	12	7.414	13
R.C. riscos ambientais	2.892	3	2.303	4
Responsabilidade civil hangar	509	1	961	2
Transporte nacional	6.385	8	4.116	8
Transporte internacional	4.567	6	3.745	7
Riscos financeiros - crédito interno	5.656	7	4.676	9
Garantia segurado - setor público	42	-	44	-
R.C. profissional	3.128	4	2.139	4
R.C. geral	7.794	10	5.829	11
Riscos de engenharia	6.778	8	398	1
Riscos diversos	1.601	2	1.198	2
Riscos nomeados e operacionais	5.722	7	3.132	6
Seguro compreensivo para operadores portuários	1.011	1	326	1
Turístico	8.395	10	7.490	14
Aeronáuticos	2.848	4	1.101	2
Demais ramos	7.109	9	2.800	5
81.141	100	53.670	100	

A movimentação da provisão para impairment de prêmios a receber é demonstrada na tabela a seguir:

	2013	2012
Saldo no início do período	(1.942)	(878)
Provisões constituídas no período	(26.188)	(13.904)
Reversão de provisões para impairment	24.982	12.840
Saldo no final do período	(3.148)	(1.942)

As perdas para impairment foram registradas na conta "Despesas operacionais" no resultado do exercício. Os valores provisionados como perda para impairment são baixados (write-off) quando não há mais expectativa da Administração para recuperação do ativo financeiro.

A Seguradora designa os prêmios a receber como impaired a partir de estudos econômicos de perda, onde são consideradas emissões feitas em períodos anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo.

A provisão por impairment foi atribuída aos seguintes ramos de seguros:

	2013	2012
R.C. de administradores e diretores (D&O)	(537)	(354)
Aeronáuticos (casco)	(17)	(317)
Transporte nacional	(325)	(316)
Transporte internacional	(219)	(190)
R.C. geral	(525)	(146)
Riscos nomeados e operacionais	(232)	(136)
Prestamista	-	(118)
Riscos diversos	(111)	(81)
Garantia estendida	(161)	(79)
R.C. profissional	(209)	(29)
R.C. riscos ambientais	(202)	(19)
Acidentes pessoais coletivo	(49)	(17)
Compreensivo empresarial	(66)	(7)
Compreensivo residencial	(22)	(64)
Crédito doméstico	(14)	(3)
Lucros cessantes	-	(3)
Resp. civil do transportador rodoviário carga	(27)	(24)
Responsabilidade civil hangar	(1)	(3)
Seguro compreensivo para operadores portuários	(5)	(3)
Seguro viagem individual	(46)	(13)
Turístico	(283)	(17)
Vida em grupo	(41)	(3)
Demais ramos	(56)	(2)
(3.148)	(1.942)	

As demais classes de ativos financeiros classificados como recebíveis não contêm ativos classificados como impaired.

8 OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS ATIVO

As tabelas a seguir demonstram a composição das operações com resseguradoras:

	2013	2012
Prêmios	-	48
Sinistros pagos	8.979	1.587
Outros créditos (i)	29.599	20.131
Redução ao valor recuperável	(1.495)	-
37.083	21.766	

(i) Refere-se a prêmios de resseguro antecipado admitido, conforme contratos de resseguro excessivo de danos.

Demonstramos a seguir a composição dos créditos das operações com resseguradoras por ramo:

	Prêmios		Sinistros pagos	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes pessoais coletivo	-	-	1.547	560
Acidentes pessoais de passageiros	-	-	(215)	(215)
Acidentes pessoais individual	-	-	(1.826)	(1.826)
Aeronáuticos	-	-	(1.395)	(1.311)
Aeronáuticos (cascos)	1	1	1.049	167
Incêndio tradicional	-	-	(1)	(1)
Penhor rural - instituições financeiras privadas	-	-	22	22
R.C. profissional	-	-	80	(9)
R.C. geral	-	-	3.292	1.101
R.C. de administradores e diretores (D&O)	-	-	2.872	875
R.C. riscos ambientais	-	-	24	56
Responsabilidade civil hangar (aeronáuticos)	14	-	-	-
Riscos de engenharia	-	-	67	57
Riscos diversos	-	-	43	43
Riscos nomeados e operacionais	5	5	1.897	1.534
Seguro benfeitórias e produtos agropecuários	-	-	(2)	(2)
Seguros compreensivos de operações portuárias	-	-	41	3
Transporte internacional	-	-	792	275
Transporte nacional	-	-	317	41
Turístico	-	-	28	223
Demais ramos	-	-	152	-
48	48	8.979	1.587	

	Outros créditos		Redução ao valor recuperável	
	2013	2012	2013	2012
Acidentes pessoais coletivo	1.476	1.476	(37)	-
Acidentes pessoais individual	23	(56)	-	-
Aeronáuticos	(2)	(2)	(16)	-
Compreensivo empresarial	1.345	1.133	-	-
DPVAT (todas as categorias)	(228)	(228)	-	-
Garantia de concessões públicas	393	393	-	-
Garantia de obrigações públicas	679	679	-	-
Penhor rural - instituições financeiras privadas	1.598	1.598	(2)	-
R.C. profissional	995	714	-	-
R.C. geral	4.573	2.252	(656)	-
R.C. de administradores e diretores (D&O)	1.600	1.356	-	-
R.C. riscos ambientais	1.438	1.315	-	-
Riscos de engenharia	214	187	-	-
Riscos diversos	(1.347)	(1.347)	(76)	-
Riscos nomeados e operacionais	1.917	896	(468)	-
Seguro benfeitórias e produtos agropecuários	-	-	(20)	-
Seguros compreensivos de operações portuárias	6.768	-	-	-
Transporte internacional	6.825	9.440	(217)	-
Transporte nacional	68	247	-	-
Turístico	52	(32)	(2)	-
Demais ramos	1.212	110	(1)	-
29.599	20.131	(1.495)	-	

9 ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS

	Provisão de prêmios não ganhos		DAC		Sinistros a liquidar	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Lucros cessantes	6.366	3.426	(1.206)	(551)	7.597	-
Riscos de engenharia	12.424	6.898	(3.286)	(1.603)	4.070	777
Riscos diversos	1.914	3.296	(224)	(275)	7.164	-
Garantia estendida	(87)	13	(310)	(8)	(11)	-
Riscos nomeados e operacionais	25.144	16.465	(4.108)	(2.492)	25.429	71.343
R.C. de administradores e diretores (D&O)	10.634	8.030	(3.651)	(2.702)	3.194	1.561
R.C. geral	7.088	5.659	(588)	(422)	18.503	12.207
R.C. profissional	3.081	1.727	(794)	(426)	480	7
Transporte nacional	2.101	679	(104)	(37)	488	54
Transporte internacional	1.401	2.022	(49)	(67)	641	448
Garantia de concessões públicas	21.912	28.301	(6.574)	(8.490)	6	-
Riscos financeiros - crédito interno	8.888	9.381	(2.645)	(2.002)	6.054	-
Garantia segurado - setor público	4.894	8.004	(1.699)	(2.370)	1.078	-
Garantia segurado setor privado	7.645	10.174	(2.649)	(3.339)	178	-
Turístico	236	290	(2)	(7)	356	-
Seguros compreensivos de operações portuárias	1.431	572	(410)	(147)	5.271	11
Aeronáuticos	6.988	5.318	(1.125)	(641)	6.570	3.866
Demais ramos	10.550	10.019	(2.892)	(2.843)	6.833	1.079
132.610	120.274	(32.316)	(28.422)	93.901	91.353	

	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões		Total - provisão para contratos de seguros	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Lucros cessantes	5.343	2.558	-	403	18.100	5.836
Riscos de engenharia	848	503	-	289	14.056	6.863
Riscos diversos	1.698	2.220	-	259	10.552	5.499
Garantia estendida	492	23	-	-	84	28
Riscos nomeados e operacionais	3.943	3.670	-	2.578	50.408	91.564
R.C. de administradores e diretores (D&O)	7.203	5.573	-	1.060	17.380	13.522
R.C. geral	9.364	22.646	-	539	34.367	40.629
R.C. profissional	1.879	1.086	-	181	4.646	2.575
Transporte nacional	98	300	-	41	2.583	1.038
Transporte internacional	69	231	-	344	2.062	2.978
Garantia de concessões públicas	1	7	-	-	15.345	19.818
Riscos financeiros - crédito interno	1.384	8.389	-	719	13.881	16.487
Garantia segurado - setor público	252	569	-	673	4.525	6.877
Garantia segurado setor privado	41	239	-	193	5.215	7.268
Turístico	159	7	-	302	749	592
Seguros compreensivos de operações portuárias	961	2.664	-	53	7.253	3.154
Aeronáuticos	515	600	-	1.019	12.948	10.162
Demais ramos	1.561	7.508	-	615	16.052	16.376
35.811	58.793	-	9.268	230.006	251.266	
Passivo circulante	-	-	-	-	205.270	217.616
Passivo não circulante	-	-	-	-	24.736	33.650

10 TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2013	2012
Ressarcimentos	26	15
Aluguéis a receber	53	196
Participação CRM (Consórcio para Regularização do Mercado Segurador)	-	562
79	773	

11 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2013	2012
Crédito tributário (Nota 11.1)	34.354	34.354
PIS/COFINS diferido	4.835	2.750
Imposto de renda e outros impostos a compensar	61	23
Outros créditos da previdência social	20	13
Outros créditos tributários (i)	8.496	7.888
Redução do valor recuperável (Nota 11.1)	(31.456)	(31.456)
16.310	13.572	

	2013	2012
Ativo circulante	82	35
Ativo não circulante	16.228	13.537

(i) Refere-se a depósitos judiciais de tributos questionados em esfera federal, convertidos em renda em 2012 por adesão ao Programa de Anistia previsto pela Lei nº 11.941/2009. Todavia, os referidos créditos não foram deduzidos do débito parcelado. A Seguradora está fazendo os devidos procedimentos para recuperação desses créditos os quais estão sendo atualizados mensalmente com base na taxa de juros Selic, desde outubro de 2012.

Em atendimento à circular SUSEP nº 464, anexo I, Parágrafo 47, Item V, demonstramos a seguir os créditos tributários não contabilizados no período de 01 de dezembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013:

	2013	2012	Total
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	(2.331)	(3.157)	(5.488)
Créditos tributários sobre prejuízos fiscais	(37.059)	(7.606)	(44.665)
Total créditos tributários não contabilizados	(39.390)	(10.763)	(50.153)

11.1. Crédito tributário

	2013	2012
Outras provisões não dedutíveis	3.308	3.308
Contribuição social a compensar (MP nº 2.158-35)	2.898	2.898
Prejuízo fiscal e base negativa	28.148	28.148
Redução do valor recuperável	(31.456)	(31.456)
2.898	2.898	

	Outras provisões não dedutíveis	Contribuição social a compensar (MP nº 2.158-35)	Prejuízo fiscal e base negativa	(-) Provisão para não realização dos créditos tributários
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.308	2.898	28.148	(31.456)
Movimentação	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.308	2.898	28.148	(31.456)

Os registros de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas da contribuição social sobre o lucro e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, atendem os

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2013	2012
Produtos para indivíduos		
Acidentes pessoais coletivo	83	13
Compreensivo residencial	-	51
Prestamista	26	111
Turístico	257	271
Demais ramos	6	10
	372	456
Produtos para empresas		
Aeronáuticos	516	310
Garantia de concessões públicas	3.944	5.094
Garantia estendida	24.699	11.611
Garantia segurado - setor público	323	739
R.C. profissional	901	446
R.C. geral	3.513	2.246
R.C. de administradores e diretores (D&O)	3.109	2.251
Riscos de engenharia	1.819	1.023
Riscos financeiros - crédito interno	954	869
Riscos nomeados e operacionais	2.662	1.311
Transporte nacional	1.386	1.265
Demais ramos	4.896	4.302
	48.722	31.467
Total geral	49.094	31.923
Circulante	38.507	22.554
Não circulante	10.587	9.369

Movimentação da DAC

	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011		15.400
Adições	37.297	37.297
Amortizações	(26.099)	(26.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		26.598
Adições	49.835	49.835
Amortizações	(34.036)	(34.036)
Oscilação cambial	84	84
Saldo em 31 de dezembro de 2013		42.481

Mutação da DAC-RVNE

	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011		5.000
Nova estimativa de comissões emitidas	13.207	13.207
Estimativa de comissões amortizadas	(2.387)	(2.387)
Reversão da reserva anterior	(10.495)	(10.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		5.325
Nova estimativa de comissões emitidas	11.454	11.454
Estimativa de comissões amortizadas	(1.168)	(1.168)
Reversão da reserva anterior	(8.998)	(8.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2013		6.613

15 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	2013	2012
Cíveis	186	247
Fiscais (i)	14.498	13.808
Trabalhistas	1.384	958
	16.068	15.013

(i) Trata-se de depósitos a recuperar, em esfera administrativa e judicial, referentes a débitos fiscais incluídos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. Ocorre que os referidos depósitos não foram abatidos do saldo total parcelado e estão em processo de recuperação.

16 INVESTIMENTO

A movimentação dos investimentos está apresentada na tabela a seguir:

	Investimentos	Imóveis destinados à renda	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	80.935	6.164	87.099
Equivalência patrimonial (Nota 36)	(1.889)	-	(1.889)
Transferência para uso próprio	-	(529)	(529)
Depreciação	-	(65)	(65)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	79.046	5.570	84.616

A Seguradora participa em 99,99% do capital da AIG Resseguros Brasil S.A., cujas operações tiveram início no exercício de 2011. Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido da controlada totalizava R\$ 78.881 (2012 - R\$ 80.770) sendo que o prejuízo do exercício foi de R\$ 1.889.

A Seguradora aluga diversos ativos para condução de seus negócios. A tabela abaixo apresenta o total dos pagamentos mínimos de aluguéis futuros não canceláveis para estes contratos:

	2013	2012
Aluguéis mínimos futuros não canceláveis a serem pagos		
Em até um ano	3.638	2.473
Entre um a cinco anos	7.379	2.432
	11.017	4.905

O total de despesas originadas de aluguéis em contratos de *leasing* operacional onde a Seguradora é arrendatária que foram reconhecidas em ganhos e perdas do período foi de R\$ 3.878 (R\$ 2.296 em 2012). Estes contratos não possuem opções de compra do ativo.

Adicionalmente, a Seguradora também possui imóveis comerciais que são alugados a terceiros (Seguradora como arrendadora) em contratos que são classificados como contratos de *leasing* operacional segundo o CPC 6 (equivalente ao IAS 17). A Seguradora utiliza o modelo de custo depreciado segundo o CPC 28 (*cost model* segundo o IAS 40) para avaliação destes ativos. Os ativos imobiliários de investimento são depreciados pelo método linear utilizando-se um período de 25 anos para depreciação.

A tabela apresentada a seguir demonstra informações financeiras relevantes para os ativos imobiliários de investimento:

	2013	2012
Valor justo dos ativos imobiliários de investimento	25.784	22.752
Valor original dos contratos	15.956	15.908
Receitas de correção dos contratos (*)	507	390

(*) O aluguel contingente é o resultado da aplicação dos índices anuais de IGP-M e IPCA sobre os contratos.

A maioria dos contratos de aluguel possui opção de renovação.

17 IMOBILIZADO

A movimentação do immobilizado líquida de depreciação está apresentada na tabela a seguir:

	Equipamentos	Móveis, máquinas e utensílios	Veículos	Imóveis em uso próprio	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.134	1.940	267	79	1.555	6.975
Aquisição	1.916	261	-	-	851	3.028
Baixa	(621)	(263)	(87)	-	(11)	(982)
Transferência de investimentos	-	-	-	529	-	529
Depreciação/amortização	(899)	(189)	(19)	(3)	(547)	(1.657)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.530	1.749	161	605	1.848	7.893

O ativo immobilizado é avaliado para *impairment* a cada data de balanço e quando a Administração identifica evidências objetivas de *impairment* decorrentes de fatores internos ou externos ao negócio da Seguradora.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o ativo immobilizado não estava vinculado como garantia das provisões técnicas de contratos de seguros junto à SUSEP.

18 INTANGÍVEL

	Software
Saldo em 31 de dezembro de 2012	21.022
Aquisição	3.244
Baixa	(1.200)
Amortização	(4.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.155

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável, e provável que existam benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis estão representados por sistema de processamento de dados (*software*) que estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculado pelo método linear estimado em cinco anos.

19 CONTAS A PAGAR

19.1. Obrigações a pagar

	2013	2012
Participação sobre os resultados do exercício	9.688	6.250
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	-	638
Outras obrigações a pagar	1.053	6.938
	10.741	13.826

19.2. Outras contas a pagar

	2013	2012
Contas a pagar serviços de terceiros	2.862	1.500
Provisão publicação de balanço	283	206
Provisão auditoria	141	-
Provisão multas	640	-
	3.926	1.706

	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Saldo contábil	Percentual por categoria
Passivos financeiros						
Impostos e contribuições	-	(1.429)	-	-	(1.429)	27%
Outras contas a pagar	(640)	(3.286)	-	-	(3.926)	73%
Total de passivos financeiros	(640)	(4.715)			(5.355)	100%

	Sem vencimento	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Saldo contábil	Percentual por categoria
Passivos financeiros						
Impostos e contribuições	(644)	-	-	-	(644)	27%
Outras contas a pagar	(1.706)	-	-	-	(1.706)	73%
Total de passivos financeiros	(2.350)				(2.350)	100%

20 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	2013	2012
IOF sobre prêmios de seguros	4.684	2.628
Impostos retidos na fonte	1.492	1.275
Contribuições previdenciárias/FGTS	1.484	1.648
PIS e COFINS	1.429	644
	9.089	6.195

21 OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS (PASSIVO)

	2013	2012
Riscos emitidos	36.505	26.219
Riscos Vigentes Não Emitidos (RVNE)	27.857	35.237
Comissões sobre seguro cedido em resseguro	(9.065)	(7.161)
Resseguro cedido	55.297	54.295
Prêmios	18.259	10.552
Comissões sobre seguro cedido em resseguro	(3.292)	(3.939)
Sinistros	13	13
Outros débitos	6.877	11.022
Resseguro a liquidar	21.857	17.648
	77.154	71.943

22 OUTROS DÉBITOS OPERACIONAIS

	2013	2012
Agentes e correspondentes	4.675	3.236
Contas a pagar - DPVAT	124	108
Outros débitos	3.458	551
	8.257	3.895

23 DEPÓSITOS TERCEIROS

	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	(20)	(4)	5	1	-	5	(13)
Prêmios e emolumentos recebidos	6.447	2.355	1.149	(2.026)	2.406	1.340	11.671
Outros depósitos	187	15	130	650	-	-	982
	6.614	2.366	1.284	(1.375)	2.406	1.345	12.640

	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	3	2	-	-	-	-	5
Prêmios e emolumentos recebidos	4.218	(1.184)	1.071	922	1.482	875	7.384
	4.221	(1.182)	1.071	922	1.482	875	7.389

24 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisões técnicas de contratos de seguros	480.798	250.792	451.785	200.519

A composição das provisões técnicas por ramo está demonstrada a seguir:

	Provisão de prêmios não ganhos		Sinistros a liquidar	
	2013	2012	2013	2012
Lucros cessantes	6.893	3.879	8.297	39
Riscos de engenharia	13.140	7.402	4.774	964
Riscos diversos	3.293	4.757	14.392	4.912
Garantia estendida	40.945	19.456	198	39
Riscos nomeados e operacionais	26.811	18.010	29.753	72.324
R.C. de administradores e diretores (D&O)	18.026	13.301	6.982	3.815
R.C. geral	21.742	15.981	47.634	28.927
R.C. profissional	6.036	3.526	2.312	1.109
DPVAT (Todas as categorias)	-	-	20.236	16.835
Transporte nacional	7.360	5.846	6.622	3.424
Transporte internacional	4.314	6.612	3.515	1.404
Garantia de concessões públicas	21.912	28.301	27	16
Riscos financeiros - crédito interno	9.064	10.615	6.089	224
Garantia segurado - setor público	5.484	9.474	1.212	55
Garantia segurado - setor privado	8.995	13.166	218	105
Turístico	5.900	6.871	1.577	173
Seguros compreensivos de operações portuárias	1.699	584	5.408	16
Aeronáuticos	6.978	5.345	6.834	4.061
Demais ramos	15.027	13.327	20.732	7.047
	223.619	186.453	186.812	145.489

	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões		Total - Provisão para contratos de seguros	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Lucros cessantes	5.454	2.812	-	403	20.644	7.133
Riscos de engenharia	962	662	-	289	18.876	9.317
Riscos diversos	2.274	3.208	-	394	19.959	13.271
Garantia estendida	1.826	256	-	294	42.969	20.045
Riscos nomeados e operacionais	5.199	7.307	-	2.578	61.763	100.219
R.C. de administradores e diretores (D&O)	12.406	10.402	-	1.487	37.414	29.005
R.C. geral	11.495	30.907	-	1.328	80.871	77.143
R.C. profissional	3.759	2.406	-	304	12.107	7.345
DPVAT (todas as categorias)	16.655	15.050	165	433	37.056	32.318
Transporte nacional	269	1.430	-	495	14.251	11.195
Transporte internacional	146	1.840	-	632	7.975	10.488
Garantia de concessões públicas	6	30	-	-	21.945	28.347
Riscos financeiros - crédito interno	1.393	8.945	-	719	16.546	20.503
Garantia segurado - setor público	342	668	-	673	7.038	10.870
Garantia segurado - setor privado	46	323				

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A variação das reservas de sinistros observadas através da demonstração das reestimativas é ocasionada por fatores como: sinistros judiciais que no momento do pagamento apresentam variações em relação aos valores estimados, constante reavaliação de sinistros pendentes, reavaliação de frequência e severidade dos sinistros já ocorridos mas não avisados, entre outras.

Segundo instrução do órgão regulador somente a partir de 2009 a Seguradora iniciou a apresentação de suas provisões de sinistro separando os valores brutos e retidos de resseguro. Antes desse período algumas provisões eram calculadas e registradas apenas com os valores retidos de resseguro.

Em novembro de 2009, a Seguradora reavaliou todos os seus passivos de reservas após a troca de administração e reajustou os valores de acordo com a melhor estimativa, realizando uma constituição adicional de aproximadamente R\$ 17 milhões na reserva de sinistro líquida de resseguro, principalmente em sinistros judiciais com data de ocorrência anterior a dezembro de 2004. Entretanto, a partir de dezembro de 2010, foi verificado que o tempo estimado para o pagamento desses sinistros seria superior ao inicialmente calculado, ocasionando uma reestimativa dos valores em reserva para que elas refletissem melhor o montante total a ser pago até a finalização do sinistro. Devido a isso, o ano de dezembro de 2009 apresenta uma diferença de (14%).

A AIG Seguros adequa constantemente suas premissas e metodologias, sempre utilizando práticas atuariais internacionalmente aceitas e em conformidade com as regras do regulador local, e caso sejam necessários mais ajustes na reserva por conta de alterações de previsão no tempo de pagamento desses sinistros os ajustes serão feitos assim que identificada a necessidade. O comportamento da evolução das provisões de sinistros para o período de dezembro de 2010 e dezembro de 2011 demonstra que a Seguradora estava para esse período com as provisões de sinistros retidos adequadas nesta data (tabela 5), apresentando uma diferença de 0,1% para dezembro de 2011.

Analisando a provisão bruta a partir de dezembro de 2010, no qual as provisões já estavam sendo contabilizadas brutas e líquidas de resseguro, houve poucos sinistros que impactaram a análise, no qual tiveram suas premissas reavaliadas e os valores ajustados.

A AIG Seguros possui em sua carteira contratos mundiais no qual, pelo tamanho dos riscos, a maioria dos valores em risco e dos prêmios são repassados, retendo somente uma pequena parte do risco. Devido a essas grandes apólices, o IBNR Bruto de Resseguros é muito volátil, pois apenas um sinistro é capaz de consumir grande parte do saldo de IBNR da carteira.

(a) 2013 - bruto de resseguro

	Tabela 1 - dezembro										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Provisões totais para sinistros	48.211	42.838	44.528	45.896	47.802	79.463	89.122	243.229	252.131	257.014	
(-) DPVAT	16.489	15.837	18.801	22.321	28.386	35.280	26.590	33.789	31.885	36.891	
(-) Retrocessão	2.214	1.930	1.918	2.313	2.482	1.696	1.722	1.704	1.572	2.136	
Despesa não alocada	-	-	-	-	-	1.944	2.097	4.272	6.381	8.637	
Provisões p/ sinistros	29.508	25.071	23.809	21.262	16.934	40.543	58.713	203.464	212.293	209.350	

	Tabela 2 - dezembro										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Sinistros a liquidar	13.858	11.214	12.400	12.965	11.249	28.778	31.873	94.458	120.722	92.938	
IBNR	8.926	7.567	6.679	4.200	1.911	7.992	23.067	109.007	91.570	116.413	
IBNER	6.724	6.290	4.731	4.096	3.773	3.773	3.773	-	-	-	

	Tabela 3 - dezembro										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Provisões p/ sinistros (i, ii)	29.508	25.071	23.810	21.261	16.933	40.543	58.713	203.465	212.292	209.351	

	Tabela 4 - dezembro										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Valor cumulativo e pago até											
Um ano mais tarde	8.397	5.878	5.470	4.772	903	2.605	5.825	35.286	56.166		
Dois anos mais tarde	9.879	9.280	9.501	5.103	(345)	3.255	17.610	77.965			
Três anos mais tarde	13.049	13.260	9.649	3.431	(115)	7.224	48.912				
Quatro anos mais tarde	16.751	13.399	7.968	3.637	2.867	19.389					
Cinco anos mais tarde	16.886	10.741	8.152	6.617	14.961						
Seis anos mais tarde	14.055	10.893	11.131	18.671							
Sete anos mais tarde	14.199	14.263	23.024								
Oito anos mais tarde	17.358	26.285									
Nove anos mais tarde	29.380										

	Tabela 4 - dezembro										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Provisões reestimadas											
Um ano mais tarde	23.316	22.449	21.818	18.315	33.986	41.048	94.286	182.905	153.429		
Dois anos mais tarde	25.248	24.888	22.584	37.024	37.026	42.480	85.832	143.519			
Três anos mais tarde	27.976	26.211	41.285	40.381	36.117	45.341	86.281				
Quatro anos mais tarde	29.320	44.520	44.432	39.635	39.278	54.989					
Cinco anos mais tarde	46.486	45.547	43.846	42.864	49.642						
Seis anos mais tarde	45.848	45.956	47.279	53.156							
Sete anos mais tarde	47.747	50.127	57.344								
Oito anos mais tarde	52.360	60.305									
Nove anos mais tarde	62.622										

	Tabela 5 - dezembro										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Sobra (falta) cumulativa											
Sobra (falta)	(33.113)	(35.234)	(33.534)	(31.895)	(32.709)	(14.447)	(27.568)	59.946	58.863		
cumulativa - %	(112,2)	(140,5)	(140,8)	(150,0)	(193,2)	(35,6)	(47,0)	29,5	27,7		

Nota: Os montantes de PSL incluem a PDR.

	IBNR + IBNER										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Bruto de resseguro	15.650	13.857	11.410	8.296	5.684	11.765	26.840	109.007	91.570	116.413	
Um ano mais tarde	5.654	4.656	3.385	2.319	4.801	14.541	29.905	43.786	41.230		
Dois anos mais tarde	3.776	2.745	1.881	3.893	13.959	15.453	16.341	25.555			
Três anos mais tarde	2.574	1.764	3.651	13.574	12.518	13.175	21.574				
Quatro anos mais tarde	1.714	3.547	13.156	12.305	11.469	21.104					
Cinco anos mais tarde	3.202	11.641	12.057	11.373	20.184						
Seis anos mais tarde	9.567	11.525	11.327	20.064							
Sete anos mais tarde	10.735	11.059	19.961								
Oito anos mais tarde	10.611	19.756									
Nove anos mais tarde	19.409										

	PSL										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Bruto de resseguro	13.858	11.662	13.002	13.253	11.839	28.773	31.868	94.452	120.862	92.938	
Um ano mais tarde	9.265	11.915	12.963	11.224	28.282	23.902	58.556	103.834	56.033		
Dois anos mais tarde	11.594	12.863	11.202	28.028	23.412	23.772	51.881	39.999			
Três anos mais tarde	12.352	11.187	27.986	23.375	23.715	24.942	15.796				
Quatro anos mais tarde	10.855	27.574	23.308	23.692	24.942	14.497					
Cinco anos mais tarde	26.397	23.165	23.637	24.875	14.497						
Seis anos mais tarde	22.226	23.537	24.821	14.421							
Sete anos mais tarde	22.813	24.805	14.359								
Oito anos mais tarde	24.392	14.264									
Nove anos mais tarde	13.832										

	Conciliação										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Gross											
Triângulo vs. Contábil (PSL)	-	447	602	288	589	(5)	(5)	(6)	140	-	

(b) 2013 - líquido de resseguro

	Tabela 1 - dezembro										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Provisões totais para sinistros	42.363	39.466	40.303	42.236	44.405	67.782	67.655	89.982	101.265	127.302	
(-) DPVAT	16.489	15.837	18.801	22.321	28.386	35.280	26.590	33.789	31.885	36.891	
(-) Retrocessão	2.214	1.930	1.918	2.313	2.482	1.696	1.722	1.704	1.572	2.136	
Despesa não alocada	-	-	-	-	-	-	2.224	2.944	5.661	8.637	
Provisões p/ sinistros	23.660	21.699	19.584	17.601	13.536	30.806	37.119	51.545	62.147	79.638	

	Tabela 2 - dezembro										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Sinistros a liquidar	8.010	7.842	8.174	9.305	7.852	23.510	21.243	25.509	29.370	40.427	
IBNR	8.926	7.567	6.679	4.200	1.911	3.523	12.102	26.037	32.777	39.211	
IBNER	6.724	6.290	4.731	4.096	3.773	3.773	3.773	-	-	-	

	Tabela 3 - dezembro										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Provisões para sinistros (i) (ii)	23.660	21.699	19.584	17.601	13.536	30.806	37.118	51.546	62.147	79.638	

	Tabela 4 - dezembro										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Valor cumulativo e pago até											
Um ano mais tarde	5.968	5.220	4.661	3.759	144	1.120	3.362	10.076	18.635		
Dois anos mais tarde	7.411	8.373	7.735	3.378	1.004	1.496	6.414	19.301			
Três anos mais tarde	10.226	11.394	7.174	3.813	1.381	4.300	10.913				
Quatro anos mais tarde	12.979	10.823	7.601	4.167	4.181	8.761					
Cinco anos mais tarde	12.404	10.273	7.932	6.965	8.642						
Seis anos mais tarde	11.681	10.574	10.730	11.425							
Sete anos mais tarde	11.973	13.497	15.190								
Oito anos mais tarde	14.686	17.949									
Nove anos mais tarde	19.138										

	Tabela 5 - dezembro										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Provisões reestimadas											
Um ano mais tarde	17.319	17.317	16.492	12.886	26.013	30.131	37.072	49.429	59.285		
Dois anos mais tarde	18.308	19.475	16.402	28.430	29.642	32.882	37.257	51.473			
Três anos mais tarde	20.648	19.928	32.033	32.104	31.019	32.162	38.555				
Quatro anos mais tarde	21.131	35.207	35.490	33.570	31.947	35.274					
Cinco anos mais tarde	35.398	36.855	37.050	34.601	35.020						
Seis anos mais tarde	35.801	39.064	38.278	37.635							
Sete anos mais tarde	38.949	40.849	41.272								
Oito anos mais tarde	41.214	43.754									
Nove anos mais tarde	44.165										

	Tabela 5 - dezembro										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Sobra (falta) cumul											

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mutação da PSL e PDS

Saldo em 31 de dezembro de 2011	118.823	68.949
Sinistros avisados	62.980	42.564
Alterações de estimativa	73.707	51.771
Pagamento de sinistros	(50.329)	(26.323)
Encerramento sem indenização	(67.999)	(50.376)
Atualização monetária e juros	7.906	4.768
Variação IBNER	6.381	-
Movimentação DPVAT e retroc.	(5.980)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	145.489	91.353
Sinistros avisados	221.332	191.952
Alterações de estimativa	(54.797)	(74.605)
Pagamento de sinistros	(85.656)	(54.051)
Encerramento sem indenização	(117.998)	(106.984)
Atualização monetária e juros	9.335	4.846
Variação IBNER	65.135	41.391
Movimentação DPVAT e retroc.	3.972	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	186.812	93.901

Mutação da IBNR

Saldo em 31 de dezembro de 2011	120.134	82.970
Reversão da reserva anterior	(120.134)	(82.970)
Constituição da nova reserva	106.642	58.793
Saldo em 31 de dezembro de 2012	106.642	58.793
Reversão da reserva anterior	(106.642)	(58.793)
Constituição da nova reserva	70.202	35.811
Saldo em 31 de dezembro de 2013	70.202	35.811

Mutação da PCP

Saldo em 31 de dezembro de 2011	9.492	6.852
Reversão da reserva anterior	(9.492)	(6.852)
Constituição da nova reserva	12.768	9.268
Saldo em 31 de dezembro de 2012	12.768	9.268
Reversão da reserva anterior	(12.768)	(9.268)
Constituição da nova reserva	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-

(*) Até 31 de dezembro de 2012 estava registrada contabilmente a Provisão Complementar de Prêmios (PCP), em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) previstas nas Resoluções CNSP nºs 162/06 e 181/07. Em 31 de janeiro de 2013, entrou em vigor a Circular SUSEP nº 462 que determinou a transferência dos saldos registrados na PCP para a rubrica "Outras Provisões Técnicas (OPT)". De acordo com a referida circular os saldos registrados na OPT devem ser revertidos integralmente até 31 de dezembro de 2014, contudo esta reversão foi efetuada no exercício atual, reduzindo o prejuízo do exercício em R\$ 3.500 mil líquido do efeito da participação dos resseguradores.

Mutação da PDA

Saldo em 31 de dezembro de 2011	92	-
Reversão da reserva anterior	(92)	-
Constituição da nova reserva	433	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	433	-
Reversão da reserva anterior	(433)	-
Constituição da nova reserva	165	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	165	-

25 PROVISÕES

A Seguradora é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. Nas ações trabalhistas, o valor das contingências é provisionado com base na expectativa de realização desses passivos. Nas ações cíveis, que envolvem disputas principalmente relativas a danos morais e materiais, o montante provisionado representa a avaliação da Administração dos prováveis insucessos nessas ações, com base na média histórica dos pagamentos efetuados ou, quando aplicável, de acordo com a avaliação de seus respectivos assessores jurídicos. A provisão para sinistro em discussão judicial considera perspectivas de perda e estão incluídas na conta de provisão de sinistros a liquidar. Os processos tributários que, com base na Circular SUSEP nº 464/13 são considerados obrigações legais, são integralmente provisionadas independentemente da respectiva avaliação da probabilidade de perda. Os processos tributários são considerados contingências de acordo com a avaliação dos respectivos assessores legais. Em 31 de dezembro de 2011 os processos judiciais fiscais foram totalmente revertidos.

Saldos patrimoniais

	2013	2012
Provisões trabalhistas	1.028	1.191
Provisões cíveis	1.813	-
Provisões fiscais	117	1.442
	2.958	2.633

Movimentação

	2013	2012
Saldo inicial	2.633	2.743
Constituição	444	1.557
Reversão	(521)	(1.794)
Juros/atualização	402	127
Saldo final	2.958	2.633

Os sinistros em discussão judicial, no montante de R\$ 26.551 (2012 - R\$ 25.438) estão provisionados com base nos valores estimados pelos consultores legais, pelo departamento Jurídico das controladas e na experiência histórica das áreas técnicas para cada ramo de seguro, conforme demonstrado a seguir:

	Sinistros judiciais - 2013		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado líquido de resseguro
Chance de ocorrência			
Perda provável	24	8.111	6.503
Perda possível	82	11.289	5.666
Perda remota	30	2.527	1.281
	136	21.927	13.450
Sinistros judiciais - 2012			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado líquido de resseguro
Chance de ocorrência			
Perda provável	37	12.563	10.163
Perda possível	70	11.069	5.535
Perda remota	26	7.613	1.523
	133	31.245	17.221

26 CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 310.291 (R\$ 276.145 em dezembro de 2012) está representado por 814.192.186 ações ordinárias (466.103.951 em dezembro de 2012), todas nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é de 99,999999988% pela AIG Brasil Holding I, LLC e 0,000000012% pela AIG Brasil Holding II, LLC.

(b) Aumentos de capital

O aumento de capital conforme AGE de 26 de setembro de 2012 no valor de R\$ 34.146, foi aprovado conforme Portaria SUSEP/CGRAT nº 4.996 de 18 de março de 2013. O aumento de capital conforme AGE de 2 de maio de 2013, no valor de R\$ 17.454, está em aprovação na SUSEP conforme Processo nº 15414.001675/2013-12. O aumento de capital conforme AGE de 26 de junho de 2013, no valor de R\$ 21.330, está em aprovação na SUSEP conforme Processo nº 15414.002243/2013-11. O aumento de capital conforme AGE de 13 de setembro de 2013, no valor de R\$ 45.000, está em aprovação na SUSEP conforme Processo nº 15414.100604/2013-93. O aumento de capital conforme AGE de 27 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 39.300, está em aprovação na SUSEP conforme Processo nº 15414.100033/2014-78.

(c) Reservas

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. A reserva estatutária é constituída para assegurar à Seguradora margem operacional até o limite máximo do capital social, constituída à base do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de até 25% sobre o lucro líquido de cada exercício.

27 PRÊMIOS DE SEGUROS AUFERIDOS

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

Ramo	2013		2012	
	Prêmio emitido	Percentual	Prêmio emitido	Percentual
Acidentes Pessoais Coletivo	4.659	1	-	-
Aeronáuticos	11.606	3	9.178	3
Compreensivo Empresarial	1.548	-	-	-
DPVAT (todas as categorias)	35.831	11	35.438	13
Garantia Estendida	33.335	10	17.653	6
Lucros Cessantes	12.416	4	7.102	3
R.C. Profissional	9.396	3	6.276	2
R.C. Geral	35.280	11	27.476	10
R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	33.697	10	26.969	10
R.C. Riscos Ambientais	5.342	2	5.660	2
Responsabilidade Civil Hangar	1.865	1	3.377	1
Riscos de Engenharia	11.028	3	7.226	3
Riscos Diversos	5.168	2	7.920	3
Riscos Financeiros - Crédito Interno	17.696	5	20.805	8
Riscos Nomeados e Operacionais	62.757	19	38.054	14
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	2.492	1	-	-
Transporte Internacional	6.194	2	14.238	5
Transporte Nacional	17.612	5	17.413	6
Turístico	13.456	4	14.702	5
Garantia de Concessões Públicas	-	-	-	-
Garantia Segurado - Setor Privado	-	-	3.681	1
Demais ramos	11.319	3	12.343	5
Total	332.697	100	275.511	100

27.1. Prêmios ganhos principais ramos de atuação

Ramo	Prêmio ganho	2013	
		Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Acidentes Pessoais Coletivo	4.037	23	37
Aeronáuticos	10.378	30	5
Compreensivo Empresarial	1.530	400	15
DPVAT (Todas as categorias)	35.922	87	1
Garantia Estendida	12.140	23	61
Lucros Cessantes	9.402	120	7
R.C. Profissional	7.019	46	14
R.C. Geral	30.330	43	11
R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	29.439	33	15
R.C. Riscos Ambientais	4.335	30	17
Responsabilidade Civil Hangar	2.662	22	11
Riscos de Engenharia	5.290	108	15
Riscos Diversos	6.769	126	18
Riscos Financeiros - Crédito Interno	19.247	57	11
Riscos Nomeados e Operacionais	53.956	(42)	4
Seguros Compreensivos de Operações Portuárias	1.396	262	15
Transporte Internacional	8.903	52	17
Transporte Nacional	16.551	84	16
Turístico	15.507	41	4
Demais ramos	25.337	-	14
	300.150	38	12
2012			
Ramo	Prêmio ganho	Índice de comissionamento	
		Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Acidentes Pessoais Coletivo	234	286	134
Aeronáuticos	5.329	87	4
DPVAT (Todas as categorias)	35.022	88	1
Garantia de Concessões Públicas	6.407	(111)	17
Garantia Estendida	2.132	15	61
Garantia Segurado - Setor Público	3.014	17	12
Lucros Cessantes	4.451	59	6
R.C. Profissional	4.885	(45)	13
R.C. Geral	21.978	86	12
R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	21.457	40	17
Riscos Diversos	5.690	(15)	22
Riscos Financeiros - Crédito Interno	17.497	51	11
Riscos Nomeados e Operacionais	33.442	7	3
Transporte Internacional	9.571	3	14
Transporte Nacional	16.065	63	20
Turístico	10.684	4	18
Demais ramos	18.995	14	12
	216.853	38	11

28 VARIÁÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS

As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	2013	2012
Provisão de prêmios não ganhos	(36.048)	(57.382)
Outras provisões	3.501	(1.276)
Total das variações das provisões técnicas	(32.547)	(58.658)

29 SINISTROS OCORRIDOS

Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	2013	2012
Indenizações avisadas - administrativos	(64.451)	(65.272)
Indenizações avisadas - judiciais	932	(4.356)
Inden. avisadas de consórcios e fundos	(22.886)	(22.513)
Despesas com sinistros - administrativos	(2.921)	(2.251)
Despesas com sinistros - judiciais	(311)	(2)
Retrocessões - indenização	(753)	(158)
Retrocessões - despesa	(18)	(5)
Recuperação de sinistros - cosseguro	7.456	2.918
Salvados	1.012	446
Ressarcimentos	2.714	2.234
Varição de sinistros IBNR	35.505	13.901
Varição de sinistros IBNER	(65.135)	(1.842)
Desp.com sinistros de consórcios e fundos	(5.940)	(4.757)
Sinistros ocorridos	(114.796)	(81.657)

30 CUSTO DE AQUISIÇÃO

A composição do custo de aquisição de contratos de seguro:

Ramo	2013	2012
Aeronáuticos	510	237
Acidentes Pessoais Coletivo	1.502	313
DPVAT (Todas as categorias)	515	513
Garantia de Concessões Públicas	1.150	1.110
Garantia Estendida	7.415	1.300
Lucros Cessantes	615	277
R.C. Profissional	966	617
R.C. Geral	3.320	2.534
R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	4.514	3.592
R.C. Riscos Ambientais	728	484
Riscos de Engenharia	810	311
Riscos Diversos	1.204	1.242
Riscos Financeiros - Crédito Interno	2.133	1.861
Riscos Nomeados e Operacionais	2.217	1.002
Transporte Internacional	1.485	1.351
Transporte Nacional	2.663	3.288
Turístico	681	1.952
Demais ramos	3.249	1.866
	35.677	23.850

31 OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2013	2012
Outras receitas com operações de seguros	(15)	195
Outras receitas consórcio DPVAT	339	78
Despesas com cobrança	(3.573)	(3.395)
Outras despesas com encargos sociais	39	(215)
Provisão para riscos de créditos duvidosos	(4.447)	558
Outras despesas com operações de seguros	(2.803)	(5.693)
Despesas diversas	(738)	(9)
Total outras receitas e despesas operacionais	(11.198)	(8.481)

32 RESULTADO COM RESSEGURO

	2013	2012
Indenização de Sinistros - Recuperação	51.202	42.913
Despesas com Sinistros - Recuperação	525	1.040
Varição da Provisão de IBNR	(22.982)	(24.177)
Receita com participação em Lucros	114	-
Prêmios de Resseguro - Cessão	(142.220)	(109.908)
Varição das Despesas de Resseguro - Provisões	7.847	20.371
Salvados e Ressarcidos	6	(341)
Total outras receitas e despesas operacionais	(105.508)	(70.102)

33 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2013	2012
Despesas com pessoal próprio	(75.012)	(57.046)
Serviços de terceiros	(33.832)	(25.357)
Localização e funcionamento	(13.766)	(7.661)
Despesas com publicação	(388)	(294)
Despesas com donativos e contribuições	(333)	(198)
Depreciação/amortização	(6.974)	(5.278)
Publicidade e propaganda	(12.488)	(2.167)
Convênio DPVAT	-	-
Ressarcimento de custos	4.701	4.704



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

36 RESULTADO PATRIMONIAL

	2013	2012
Aluguel	3.157	2.876
Equivalência patrimonial (Nota 16)	(1.889)	(151)
Depreciação imóveis	(68)	(65)
Receita venda participação	6	11
	1.206	2.671

37 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social são calculados, com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como se seguem:

Imposto de renda e contribuição social

	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da provisão do imposto de renda, da contribuição social e das participações	(110.566)	(110.566)	(59.605)	(59.605)
Ajustes permanentes	12.391	11.589	6.041	6.041
Outros ajustes permanentes	12.391	11.589	6.041	6.041
Ajustes temporários	5.828	5.828	3.214	3.214
Outros ajustes temporários	5.828	5.828	3.214	3.214
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(92.347)	(93.149)	(50.350)	(50.350)
Constituição de créditos tributários sobre ajustes temporários, prejuízo fiscal e base negativa	-	-	5.320	3.192
Reversão de créditos tributários sobre ajustes temporários, prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(20.201)	(11.256)
Total de impostos de renda e contribuição social	-	-	(14.881)	(8.064)
Alíquota efetiva	-	-	-	(38%)

Em junho de 2012 a Administração da Seguradora revisou os saldos contábeis referentes a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, de acordo com as exigências da Circular SUSEP 464 de 2013.

Como resultado desta revisão, a Administração concluiu que a Seguradora não atendeu alguns requisitos dispostos na legislação vigente. A Seguradora ainda encontra-se em processo de reestruturação, no entanto o período de reestruturação foi reavaliado e, conseqüentemente, a expectativa de geração de lucros também foi revisada.

Considerando os motivos apresentados acima, foram constituídas provisões sobre os créditos tributários no montante de R\$ 31.456 mil, as quais correspondem aos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados constituídos até a data-base de 30 de junho de 2012. Vale ressaltar ainda que com base nas disposições da Circular SUSEP 464 de 2013 a Seguradora não está contabilizando os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias desde Julho de 2012, tendo em vista a projeção de prejuízos para os próximos 5 (cinco) anos e prejuízo cumulativo nos últimos 3 (três) anos, justificados pelo processo de reestruturação.

A Medida Provisória nº 627 ("MP 627/13"), publicada em 11 de novembro de 2013, alterou diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais se incluem (i) a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e (ii) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A MP 627/13 encontra-se presentemente em tramitação no Congresso Nacional, sendo que há um número significativo de emendas propostas. Além disso, a Receita Federal do Brasil (RFB) deverá disciplinar diversos dispositivos legais introduzidos pela Medida Provisória, razões pelas quais é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas, suprimidas ou esclarecidas.

Com base em sua redação atual, a Administração entende que não há ajustes relevantes decorrentes da MP 627/13 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. A regra geral estabelecida pela MP 627/13 é que a sua entrada em vigor ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2015, exceto se houver opção do contribuinte pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014 (a forma de exercício dessa opção ainda carece de regulamentação).

A Administração não pretende optar pela antecipação dos efeitos da MP 627/13, e aguardará a regulamentação definitiva das alterações preferidas de forma a avaliar seus eventuais efeitos futuros.

38 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Seguradora contribui mensalmente para o Instituto Nacional de Seguridade Social para os seus funcionários onde a contribuição em 2013 totalizou R\$ 12.877 (R\$ 8.148 em 2012). A Seguradora também é copatrocinadora em plano de aposentadoria, que compreende pensão. O regime financeiro adotado é o de capitalização e o plano é classificado como um plano de contribuição definida. Durante o ano de 2013, as contribuições totalizaram R\$ 2.248 (2012 - R\$ 1.413).

Conforme convenção coletiva de trabalho, a Seguradora concede benefícios pós emprego a seus funcionários relacionados à cobertura de plano de saúde e custeio indireto de seguro de vida para funcionários demitidos ou aposentados. O período do benefício depende de diversas regras estabelecidas pela Lei nº 9.656/98 e pelas regras da Convenção Coletiva de Trabalho, onde a Seguradora apurou atuarialmente as obrigações decorrentes destes planos segundo as regras do CPC 33. A Seguradora adotou uma política de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais em conformidade com os requisitos do item 92, onde reconhece-se a parcela dos ganhos e das perdas atuariais como receita ou despesa se o valor líquido acumulado dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselheiros

Alejandro Pedroza
Hamilton Chichierchio da Silva
David Richmond Heard

Diretor Presidente

Jaime de Jesus Calvo Del Rosário - Dir. Presidente

DIRETORES EXECUTIVOS

Nélia Cláudia Soares
Paulo Albert Holland
Fábio Augusto Polônio
Roberto Tadeu Ramos Carneiro
Marcelo Farat Milani
Fábio Cabral da Silva
Fernando Borges Porelo

Marcelo Farat Milani
Atuário - MIBA1371
Roseli Midori Kanazawa
Contador - CRC nº 1SP187230/O-8

Parer Atuarial

AIG Seguros Brasil S.A.

1. Examinamos as provisões técnicas das operações de seguros da AIG Seguros Brasil S.A., declaradas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da sua administração e nossa responsabilidade é a de emitir um parecer sobre estas provisões técnicas.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de avaliação atuarial aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada constituição das provisões técnicas em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) adoção de metodologias

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

AIG Seguros Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da AIG Seguros Brasil S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui,

(a) 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano);
(b) 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

Durante o exercício de 2013, a Seguradora apurou de reserva de benefícios a empregados R\$ 372 (dezembro de 2012 - R\$ 1.025).

39 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) A Administração considera como partes relacionadas da Seguradora, operações com AIG Resseguros Brasil S.A. e American Home Assurance Company, seus diretores e demais membros-chave da Diretoria e suas famílias, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

(b) A Administração identificou como partes relacionadas da AIG Seguros Brasil S.A., operações com AIG Resseguros Brasil S.A., American Home Assurance Company, AIG Consultoria Serviços Ltda., AIG International LCC e AIG Argentina, seus diretores e demais membros-chave da Diretoria e suas famílias, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

(c) Com a AIG Resseguros mantém operações de recebimento de prêmios de resseguros, despesas de comercialização e despesas administrativas.

(d) A AIG Consultoria utiliza parte da estrutura da AIG Seguros para o desempenho de suas operações, conforme contrato de rateio e ressarcimento de despesas e custos indiretos e diretos.

(e) A AIG Argentina realiza operações de natureza de prestação de serviços de tecnologia e AIG Internacional LCC operações denominada de Global Operations que trata-se de um grupo de profissionais cujas responsabilidades estão vinculadas a projeto em tecnologia.

Transações administrativas

	AIG Resseguro	AIG Serviços	La Meridional	AIG Internacional
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.860	277	(174)	468
Ativo	6.139	5	-	299
Passivo	-	-	(874)	-
Pagamento	-	-	615	-
Recebimento	(10.375)	(282)	-	(428)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	624	-	(433)	339
Ativo	5.095	-	-	94
Passivo	-	-	(811)	-
Pagamento	-	-	996	-
Recebimento	(5.502)	-	-	(433)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	217	-	(248)	-

Transações operacionais

	AIG Resseguro	American Home
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(1.923)	(14.866)
Despesa (i)	(18.160)	(16.193)
Receita (ii)	4.485	-
Pagamento	(1.733)	17.897
Recebimento	6.529	(479)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(10.802)	(13.641)
Despesa (i)	(19.948)	(12.112)
Receita (ii)	7.456	-
Pagamento	(4.866)	12.729
Recebimento	20.787	3.691
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(7.373)	(9.333)

(i) Valores referentes a despesas com emissões de prêmios em resseguro.

(ii) Valores referentes a receita com recuperações de comissão e sinistros.

40 OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) O total das despesas com remuneração da Administração atingiu em 2013, o montante de R\$ 4.832 (2012 - R\$ 4.289).

(b) Cobertura de seguros

A Seguradora e sua controlada adotam uma política de seguros que consideram, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros em valores é assim demonstrada:

Itens	Tipos de cobertura	Importância segurada	
		2013	2012
01 - Rua Gomes de Carvalho, 1.306 - 11º, 12º, 13º e 14º andares - SP; 02 - Av. Almirante Barroso, 52 - 12º andar - RJ; 03 e 04 - Pça. Prof. José Lannes, nº 40 - 5º e 6º andares - SP	Seguro empresarial incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrido dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados.	53.318	33.492
Administradores e diretores (D&O)	Seguro de responsabilidade civil profissional, a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal civil ou por acordo aprovado pela seguradora.	10.000	10.000
Automóvel RCG	Seguro de veículos. Seguro de responsabilidade civil geral, poluição, contaminação e vazamentos.	2.236	4.000
		300	2.029
		65.854	49.521

reconhecidas pela comunidade atuarial, (b) adoção de parâmetros realistas, (c) verificação da qualidade dos dados que serviram de base para elaboração da avaliação (d) aderência a legislação vigente, (e) testes de consistência.

3. Concluímos que as referidas provisões técnicas apresentam-se adequadamente constituídas no balanço patrimonial da AIG Seguros Brasil S.A. findo em 31 de dezembro de 2013, não sendo necessária a constituição de provisão complementar de cobertura, conforme verificado no teste de adequação do passivo, o qual foi realizado de acordo com as normas vigentes e as reservas se mostraram adequadas.

22 de fevereiro de 2014

também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para a opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 24.4, em 31 de dezembro de 2012 a Seguradora mantinha registrado contabilmente a Provisão Complementar de Prêmios (PCP), no montante de R\$ 3.500 mil, líquido do efeito da participação dos resseguradores, em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) vigentes à época. Todavia, o registro contábil dessa provisão não atendia as práticas contábeis adotadas no Brasil, como explicitado no Comunicado Técnico nº 1/2008 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Em 2013, com a entrada em vigor da Circular SUSEP nº 462, a administração da Seguradora reverteu integralmente o saldo dessa provisão reduzindo o prejuízo do exercício em R\$ 3.500 mil, líquido do efeito da participação dos resseguradores. Dessa forma, devido a reversão dessa provisão, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 está apresentado a menor em R\$ 3.500 mil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AIG Seguros Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa do Nascimento
Contador
CRC 1SP196918/O-0